



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JANIELLY GONÇALVES LOURENÇO

**NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DA HISTÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ:**  
Releituras de fontes históricas e problematização da narrativa do extermínio

PICOS-PI  
2025

JANIELLY GONÇALVES LOURENÇO

**NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DA HISTÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ:**  
Releituras de fontes históricas e problematização da narrativa do extermínio

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí - UFPI/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva.

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**L892n**

Lourenço, Janielly Gonçalves.

Novas perspectivas acerca da história indígena no Piauí: releituras de fontes históricas e problematização da narrativa do extermínio / Janielly Gonçalves Lourenço – 2025.

56 f.

1 Arquivo em PDF.

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo, CSHNB. Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura em História, Picos, 2025.

“Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva”.

1. Povos indígenas - Piauí. 2. História - Piauí. 3. Piauí colonial. I. Lourenço, Janielly Gonçalves. II. Silva, Rafael Ricarte da . III. Título.

**CDD 979.214**

**Elaborada por Maria Letícia Cristina Alcântara Gomes**  
**Bibliotecária CRB nº 03/1835**

JANIELLY GONÇALVES LOURENÇO

**NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DA HISTÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ:**  
Releituras de fontes históricas e problematização da narrativa do extermínio

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí - UFPI/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva.

**APROVADO EM 10/07/2025**

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RAFAEL RICARTE DA SILVA**  
Data: 10/07/2025 15:52:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva – Orientador

Universidade Federal do Piauí - UFPI

FRANCISCO GLEISON DA COSTA Assinado de forma digital por  
FRANCISCO GLEISON DA COSTA  
MONTEIRO:44862385320  
Dados: 2025.07.10 17:31:30 -03'00'

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Examinador

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Documento assinado digitalmente  
 **JOAO PAULO PEIXOTO COSTA**  
Data: 10/07/2025 17:44:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa – Examinador

Instituto Federal do Piauí - IFPI

Documento assinado digitalmente  
 **ROMULO ROSSY LEAL CARVALHO**  
Data: 10/07/2025 17:59:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Rômulo Rossy Leal Carvalho – Examinador

Secretaria Municipal de Educação de São Julião - SME

PICOS-PI  
2025

Rompi tratados  
Traí os ritos  
Quebrei a lança  
Lancei no espaço  
Um grito, um desabafo  
E o que me importa  
É não estar vencido.

*Sangue Latino*, Ney Matogrosso

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permanecido ao meu lado durante toda a caminhada. Agradeço por cada oração respondida. Toda glória seja dada a Ele.

Agradeço aos meus pais, Edinelza e José Antônio, por todo amor, cuidado e proteção devotados a mim durante toda a minha vida. Por acreditarem em mim mais do que eu mesma e não só por terem sonhado comigo os meus sonhos, mas também por terem me fornecido os meios de alcançá-los. Mesmo sem terem tido muitas chances na vida, cada vez que uma porta se abriu para mim, eles estavam lá, sempre me incentivando com um “vai, a gente dá um jeito”. Obrigada por tudo, painho e mainha, sem vocês nada disso teria sido possível. Esta conquista é tão de vocês quanto minha. Estendo os meus agradecimentos ao meu irmão, Janielson, e à minha cunhada, Ana Maria, por todo o apoio durante esta trajetória.

Aos meus amigos Walkescia, Ricardo e Weika por tudo o que juntos compartilhamos ao longo desses anos de graduação. Pela amizade e companheirismo que perpassam os muros da universidade. Juntos, crescemos, aprendemos, dividimos perrengues, trabalhos acadêmicos, mas também momentos de muitas alegrias, os quais guardarei para sempre em meu coração. Vocês trouxeram mais significado a esta jornada e a tornaram mais leve e prazerosa. Obrigada por tudo, queridos. Seremos nós até depois do fim.

Ao meu companheiro, Matheus, por ter sido lar e calma nos dias difíceis, pelo apoio, por incentivar os meus sonhos, por acreditar em mim e me fazer entender que a vida vale a pena, apesar de tudo. Obrigada, meu amor.

Ao meu professor e orientador, Rafael Ricarte da Silva, por ter me inserido no universo da pesquisa ao me convidar para participar do PIBIC ainda no início do curso. Obrigada por todos os ensinamentos, pela confiança, pelas cuidadosas orientações, por acolher as minhas dúvidas e sempre me atender com prontidão. Muito obrigada!

Aos meus professores da graduação, em especial, ao professor Gleison Monteiro, à professora Bárbara Bruma e ao professor Fernando Muratori. Vocês são, para mim, exemplos de profissionais e de seres humanos. Guardo com muito carinho tudo o que me ensinaram, tanto sobre os conteúdos das disciplinas, quanto sobre a vida. Muito obrigada!

Agradeço ao professor João Paulo Peixoto Costa por três razões fundamentais: por ter sido um dos “ombros de gigante” sobre os quais me apoiei para conduzir esta pesquisa; pelas valiosas contribuições oferecidas ao meu trabalho durante sua participação na banca de qualificação; e, por fim, pelo relevante papel que desempenha na historiografia indígena piauiense, à qual sua dedicação tem sido inestimável.

À Universidade Federal do Piauí por ter me apresentado o mundo e por me permitir transitar por muitos universos, na pesquisa, no ensino e na extensão. Sou profundamente grata por ter aproveitado cada oportunidade que a graduação me proporcionou: PIBIC, PIBID, PET Saúde-Equidade, seis monitorias, o Miguilim Clube de Leituras e o NUPEDOCH. Cada uma dessas experiências contribuiu significativamente para a minha formação, tanto profissional quanto pessoal. Não foi fácil conciliar todas essas atividades com a matriz curricular do curso, mas, sem dúvidas, eu faria tudo novamente. Agradeço, ainda, ao Núcleo de Assistência Estudantil- NAE, pelos auxílios que foram fundamentais para a minha permanência no curso.

E, por fim, à Janielly que se sentia incapaz e amedrontada. A gente conseguiu. Obrigada por ter escolhido lutar.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a construção da narrativa do extermínio indígena na historiografia piauiense. Desse modo, pretendemos analisar a representação dos indígenas nos escritos dos historiadores Alencastre (1857), Odilon Nunes (2007), Luiz Mott (1985), Baptista (2016), Castello Branco (2016) e Chaves (2016). Além disso, estabeleceremos um diálogo com os textos de Hector Bruit (1996), Morais e Fernandes (2007) e Certeau (2017), cujas abordagens conceituais nos ajudarão a interpretar e contextualizar as ideias dos autores clássicos em questão. Partindo dessa discussão, o objetivo é pensar em novas perspectivas acerca da história indígena e compreender os indígenas enquanto sujeitos históricos atuantes durante o processo de colonização do Piauí. Para tal fim, buscar-se-á analisar o material manuscrito reunido no Arquivo Histórico Ultramarino, especialmente cartas e ofícios enviados pelos governadores à Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Nesses manuscritos, buscaremos discutir as diferentes formas de resistência empreendidas pelos indígenas. Outro objetivo presente neste estudo é analisar os conflitos que envolviam os indígenas e os demais agentes coloniais sob uma nova ótica, compreendendo-os como ações organizadas e estratégicas, e não como meras reações instintivas, evidenciando a complexidade das relações e das dinâmicas da sociedade colonial. A análise dos manuscritos será feita em diálogo com Costa (2011), Borges (2004), Almeida (2003, 2012) e Monteiro (1999).

**Palavras-chave:** Narrativa do extermínio; Povos indígenas; Piauí colonial; Historiografia clássica.

## ABSTRACT

This research aims to discuss the construction of the narrative of indigenous extermination in the historiography of Piauí. Thus, we intend to analyze the representation of indigenous people in the writings of historians Alencastre (1857), Odilon Nunes (2007), Luiz Mott (1985), Baptista (2016), Castello Branco (2016) and Chaves (2016). In addition, we will establish a dialogue with the texts of Hector Bruit (1996), Moraes and Fernandes (2007) and Certeau (2017), whose conceptual approaches will help us interpret and contextualize the ideas of the classical authors in question. Based on this discussion, the objective is to think of new perspectives on indigenous history and understand indigenous people as historical subjects active during the colonization process of Piauí. To this end, we will seek to analyze the manuscript material gathered in the Overseas Historical Archive, especially letters and official letters sent by governors to the Portuguese Crown in the second half of the 18th century. In these manuscripts, we will seek to discuss the different forms of resistance undertaken by indigenous people. Another objective of this study is to analyze the conflicts involving indigenous people and other colonial agents from a new perspective, understanding them as organized and strategic actions, and not as mere instinctive reactions. The analysis of the manuscripts will be done in dialogue with Costa (2011), Borges (2004), Almeida (2003, 2010, 2012, 2013) and Monteiro (1999).

**Keywords:** Narrative of extermination; Indigenous peoples; Colonial Piauí; Classical historiography.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. A TESE DO EXTERMÍNIO INDÍGENA NO PIAUÍ .....</b>	<b>13</b>
2.1 As produções historiográficas acerca dos povos indígenas no contexto nacional do século XIX .....	14
2.2 De Alencastre a Mott: a narrativa do extermínio indígena presente na historiografia piauiense .....	16
<b>3.NOVAS PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ SETECENTISTA: POSSIBILIDADES DE REINTERPRETAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
3.1 Para além dos conflitos: repensando a resistência bélica indígena no sertão do Piauí no século XVIII.....	32
3.2 Resistências veladas: estratégias indiretas e outras formas de negociação.....	41
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>5 FONTES.....</b>	<b>52</b>
<b>6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>54</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A existência de povos indígenas no território piauiense foi, por muito tempo, contestada. Parte dessa concepção é influenciada pelos primeiros registros historiográficos que lançaram luz a esses povos. Nesses escritos, os historiadores pertencentes à vertente clássica, aduziram o completo aniquilamento dos povos indígenas ainda no período colonial, além de reduzirem todas as dinâmicas do referido período às guerras, violências e conflitos. Desse modo, a visão que se consagrou foi a de que, quando não totalmente dizimados pelo confronto com os conquistadores, os indígenas teriam sido assimilados e assumido os costumes dos ditos conquistadores em detrimento dos seus.

A persistência da narrativa do extermínio contribuiu, por um longo período, para a baixa procura dos indígenas piauienses por sua auto identificação. Como consequência, o estado do Piauí tornou-se o último do país a reconhecer oficialmente os povos indígenas presentes em seu território, o que ocorreu apenas em 2020<sup>1</sup>. Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância do reconhecimento institucional por parte do Estado na garantia de direitos. No entanto, é igualmente necessário destacar que esse reconhecimento é secundário diante da força e da autonomia da própria organização das comunidades indígenas.

É preciso também salientar uma outra inquietação que impulsiona a realização desta pesquisa: a emergência étnica que vem ressurgindo, nas últimas décadas, no Piauí. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizado no ano de 2022, a população indígena apresentou um crescimento de 144% em relação ao último recenseamento realizado doze anos antes, em 2010. Ainda de acordo com o Instituto, “O crescimento populacional indígena no Piauí, em termos percentuais, foi o 5º maior registrado no país, ficando atrás do Rio Grande do Norte (351,48%), Bahia (306,35%), Ceará (191,44%) e Amazonas (191%)” (IBGE, 2022).<sup>2</sup>

Diante desses dados, consideremos os seguintes questionamentos que serão necessários para a condução desta pesquisa: Em face do crescimento de pessoas que se

---

<sup>1</sup> Através da Lei N.7389, de 27 de agosto de 2020, o Estado do Piauí reconheceu formal e expressamente a presença de povos indígenas no estado.

<sup>2</sup> IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro de 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso: 16/09/2024.

autodeclararam indígenas no Piauí, como se sustenta a tese do extermínio propagada pela historiografia clássica? Havia uma política de extermínio pregada pela Coroa Portuguesa durante a colonização? De que forma a ideia do extermínio contribuiu para a negação da identidade étnica ou o seu não reconhecimento? Desse modo, a presente pesquisa intenciona discutir e propor alternativas para superar a narrativa do extermínio indígena, no Piauí, propagada pelos primeiros historiadores que se debruçaram sobre essa temática.

Traçamos como objetivo, revisitar as fontes e documentos que mencionam as dinâmicas entre os indígenas e demais agentes coloniais durante o processo de conquista e ocupação da capitania do Piauí, buscando compreender as dinâmicas para além dos conflitos bélicos e das resistências abertas. Também intencionamos perceber os indígenas enquanto sujeitos ativos no processo histórico, fugindo à ótica que os coloca como passivos e inertes diante da dinâmica de ocupação da capitania do Piauí. Para isso, utilizaremos o conceito de “Agência” trabalhado pelo filósofo Molefi Kete Asante, o qual considera agente “um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses” (Asante, 2009, p. 94).

O presente trabalho mostra-se pertinente pois ajuda a ampliar o campo de estudos sobre os indígenas no Piauí, sobretudo, no contexto de sua colonização, o que lhe confere relevância científica. Segundo a historiadora Claudete Maria Miranda Dias (2016), os estudos sobre o Piauí Colonial ainda são incipientes diante da diversidade de temas a serem explorados sobre o referido contexto. Ela defende que o campo só começou a ser explorado na academia recentemente, nas décadas de 1980 e 1990, nos programas de pós-graduação. Além disso, na perspectiva da historiadora, a maioria dos pesquisadores demonstram interesse em desenvolver pesquisas na área de História Contemporânea, enquanto as temáticas que envolvem a sociedade colonial são menos visitadas. Apesar de tudo isso, é preciso considerar que os estudos sobre os povos indígenas avançaram muito desde quando a autora escreveu, mesmo que grande parte dessas produções sejam de pesquisadores que residem fora do estado do Piauí.

Ademais, urge fazer-se uma releitura das fontes coloniais as quais, tendenciosamente, legaram aos povos nativos uma condição subalterna e cheia de reducionismos no que respeita à atuação destes na sociedade colonial. Condição essa que foi produzida e consolidada pela historiografia clássica, a qual também merece ser reinterpretada e submetida a novos questionamentos. E é isso o que a nossa pesquisa visa possibilitar, o que confere a ela significativa importância. Outrossim, diante da

emergência étnica, bem como dos ataques sofridos pelos povos indígenas em diferentes âmbitos, no contexto hodierno, propor uma pesquisa que revise a representação desses nos documentos históricos e que busque reconhecer e valorizar a sua atuação é, de certa forma, uma reparação histórica, o que atribui ao nosso estudo relevância social.

Este trabalho foi estruturado em dois capítulos. No primeiro, propomos discutir a narrativa do extermínio indígena presente nos escritos de historiadores e estudiosos que se tornaram referência na historiografia piauiense. Tomaremos como ponto de partida os escritos de José Martins Pereira de Alencastre (1857), para discutirmos sobre como os indígenas são representados de maneira inferiorizada e como o autor reforça a ideia do extermínio dos povos originários. Buscaremos mostrar, ainda, sobre como as produções historiográficas no contexto nacional pensavam os indígenas e sobre como esses escritos irão influenciar nas produções historiográficas locais.

Ainda no primeiro capítulo, discutiremos a representação dos povos indígenas nos escritos de historiadores e intelectuais piauienses do século XX. Desses autores, destacamos os escritos de Luiz Mott (1985), Monsenhor Joaquim Chaves (2016), Odilon Nunes (2007), Moisés Castelo Branco (2016) e João Gabriel Baptista (2016). Identificamos estes autores como sendo clássicos por serem referências nos estudos sobre a sociedade colonial, apesar das limitações.

Todos esses autores têm em comum o fato de propagarem, em seus escritos, a narrativa do extermínio dos povos indígenas no Piauí. De acordo com eles, os indígenas assumiram o papel de vítima em todo o processo e o teriam assistido de forma passiva e inerte. Em suas análises, a dinâmica de ocupação foi resumida somente pelo viés da violência e dos conflitos bélicos e, diante disso, a suposta inferioridade física e étnica dos nativos os teria feito sucumbir perante a dominação bem encabeçada pelos ditos conquistadores europeus.

É pertinente destacar que essas análises podem ser inseridas no que Héctor Bruit (1996) convencionou chamar de “o processo visível da colonização”. Consoante a ele, esse viés contempla somente a perspectiva vencedora do processo de colonização e esta é a visão que se consagra nos escritos e no imaginário popular a qual contrasta com o “processo invisível” que seria aquele que reporta o olhar para entender os “não-ditos”, ou seja, a atuação dos sujeitos subalternizados, condenados ao esquecimento, que não são contemplados pelo discurso oficial, como é o caso dos povos indígenas. É válido pontuar que este estudo se insere na perspectiva decolonial, a qual tem como objetivo

superar os efeitos da colonialidade. Para discutirmos este conceito, nos apoiaremos nos estudos de Maldonado-Torres (2007).

A nossa proposta é discutir a narrativa do extermínio utilizando-a como um problema a ser superado e para se pensar em novas perspectivas acerca da história indígena. Compreendemos que esses autores estavam inseridos em contexto histórico e social de produção e que este interfere decisivamente em seus escritos. Para tecermos essa discussão, utilizaremos como base a célebre obra “A Escrita da História” (1982), do historiador Michel de Certeau, em que ele discute como a escrita da história é atravessada pelo lugar de produção e pelas aspirações de quem a escreve.

No segundo capítulo, nosso objetivo é apresentar novas perspectivas para a compreensão da história dos povos indígenas no Piauí colonial. Para isso, propomos a análise de uma documentação composta por manuscritos avulsos preservados no Arquivo Histórico Ultramarino, com destaque para cartas e ofícios enviados pelos governadores do Piauí à Coroa Portuguesa durante a segunda metade do século XVIII. Analisamos um conjunto de oito cartas, incluindo seus anexos, que consistem em ofícios encaminhados por autoridades da capitania do Piauí e por outros sujeitos à Coroa, contendo queixas, solicitações e relatos sobre os povos indígenas pertencentes a diferentes nações.

Dos documentos selecionados, quatro fazem referência a conflitos bélicos entre os “colonizadores” e os povos indígenas. Ao analisar essas fontes, buscamos compreender tais conflitos para além da visão reducionista que os interpreta como simples reações instintivas ou “animalescas” por parte dos indígenas. Nosso intuito foi identificar a agência indígena nesses embates, percebendo como esses grupos atuaram estrategicamente em defesa de seus interesses. Além disso, as fontes revelam uma importante contradição entre o discurso belicista das autoridades e a realidade material da capitania, marcada pela escassez de recursos humanos e materiais. O principal objetivo foi romper com a leitura tradicional simplista e dualista desses conflitos, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, capazes de interpretar, resistir e se adaptar às condições que os cercavam.

Nos outros quatro documentos selecionados, encontramos menções aos diversos tipos de resistência utilizados pelos indígenas, no contexto estudado: fugas, recusa ao contato, resistência cultural e tentativas de acordo. A análise evidenciou que as relações entre os indígenas e os demais agentes coloniais não se resumiram apenas ao confronto bélico e que eles se utilizaram das mais diferentes formas de estratégia para driblar o

sistema e fazer valer os seus interesses. O capítulo se alicerça nos escritos de Almeida (2012), Monteiro (1999), Costa (2011) e Borges (2004), referências nos estudos acerca da renovação historiográfica que busca superar a narrativa do extermínio e propor novas formas de enxergar os povos indígenas compreendendo-os enquanto sujeitos ativos e agentes políticos. Registramos que a metodologia utilizada em nosso estudo foi de caráter bibliográfico e documental. Para a análise do material, fizemos a leitura paleográfica, utilizando manuais paleográficos, dicionários e gramáticas especializadas. A bibliografia selecionada nos ajudou a lidar com o silêncio das fontes e mostrou ser possível extrair delas aquilo que não está explícito.

## 2. A TESE DO EXTERMÍNIO INDÍGENA NO PIAUÍ

Neste capítulo, objetivamos discutir a construção da narrativa do extermínio dos povos indígenas presente nos primeiros registros historiográficos acerca de tais sujeitos, no território que viria a se tornar o estado do Piauí. É importante destacar que os historiadores Pierre Baptista (2017) e Claudete Maria Miranda Dias (2016) observam, em suas análises, que os primeiros registros sobre os povos indígenas no Piauí foram atribuídos a grandes nomes da historiografia piauiense, cujas produções datam do século XX, como se a historiografia indígena no estado tivesse se iniciado apenas nesse período. Baptista (2017), por seu turno, classificou e dividiu tais escritos em três vertentes.

A primeira vertente, corresponde aos estudos desenvolvidos nas décadas de 1950 a 1980<sup>3</sup>, que defendem a ideia do extermínio e enxergam o indígena enquanto um ser selvagem. A segunda, vai da década de 1990 ao início dos anos 2000<sup>4</sup> que ainda defende a ideia do extermínio e também compactuam com a tese do etnocídio indígena. E, por fim, a terceira corrente que parte dos anos 2000/2010<sup>5</sup> “com o ressurgimento de grupos autodeclarados indígenas e o revisionismo da historiografia indígena piauiense” (Baptista, 2017, p. 01) a qual busca se abster da ótica da violência e do massacre e, com isso, compreender as relações entre os nativos e os conquistadores, concebendo os primeiros enquanto sujeitos históricos e ativos na sociedade em questão.

Claudete Dias (2016), no texto “História dos Índios do Piauí”, organizado por ela em parceria com a historiadora Patrícia de Sousa Santos, denomina de “narrativas precursoras” os escritos de Nunes (1966), Chaves (1953), Castello Branco (1984), entre outros, ao considerá-los como os primeiros autores a se dedicarem à temática indígena no contexto piauiense. Embora suas contribuições tenham sido relevantes para a historiografia do estado, ainda que marcadas por certas limitações, é necessário recuar no tempo e compreender que esses escritos não surgem de forma isolada ou descolada de tradições discursivas anteriores. Ainda que este estudo se concentre majoritariamente em produções do século XX, por reconhecermos sua influência na construção de determinadas imagens sobre a atuação dos indígenas, e no modo como esses sujeitos

---

<sup>3</sup> Baptista classifica como representantes dessa vertente os historiadores: Odilon Nunes (1966), Monsenhor Chaves (1953) e Moysés Castello Branco (1984).

<sup>4</sup> Corrente representada por João Gabriel Baptista (1994), Paulo Machado, Reginaldo Miranda e outros.

<sup>5</sup> Vertente encabeçada por Jóina Freitas Borges (2006) e João Paulo Peixoto Costa (2013).

foram e ainda são representados, buscamos também refletir sobre os antecedentes históricos e narrativos que sustentam essas produções mais recentes.

Apesar de todas essas questões, é importante considerar que, antes dessas produções, já circulavam no território escritos dedicados à temática indígena. Como exemplo, analisaremos o texto “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí”, escrito pelo político e historiador José Martins Pereira de Alencastre, publicado no ano de 1857, no tomo XX da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o qual abordaremos mais adiante. Além disso, é preciso levarmos em consideração as produções historiográficas, no contexto nacional, e sobre como elas influenciaram nas produções regionais.

## **2.1 As produções historiográficas acerca dos povos indígenas no contexto nacional do século XIX**

Após o processo de independência do Brasil, no ano de 1822, uma nova inquietação surgiu: a busca pela identidade nacional. Quem deveria compor o quadro da nação? Qual seria o perfil do brasileiro? Qual seria o lugar dos povos indígenas no novo Império? Essas questões serão tomadas como base para as produções dos literatos e historiadores, sobretudo o lugar que o indígena ocuparia na nação. De acordo com Geisiane Gomes (2018), ao lançar um concurso, no ano de 1840 para que fossem apresentadas as possibilidades de escrever a história do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, tornou-se um espaço privilegiado para a expressão das visões dos intelectuais letrados da época sobre os povos indígenas e o lugar que deveriam ocupar na sociedade brasileira.

A tese vencedora foi escrita pelo botânico e naturalista austríaco Karl Friedrich Philipp Von Martius (Gomes, 2018). Intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, Martius apresenta nela a sua visão acerca dos povos originários brasileiros e, ao ter a sua tese escolhida como vencedora, mostra que as ideias contidas nelas despertavam o interesse do ideal de nação que uma instituição como o IHGB gostaria de propagar. Sem adentrar de forma aprofundada nas questões levantadas por Martius, o que nos interessa destacar, ainda que de forma breve, é sobre como ele dissemina a ideia da imagem “decadente do autóctone brasileiro” (Gomes, 2018, p. 42).

Na perspectiva do naturalista, os indígenas são tratados como ruínas, resíduos de uma história acabada. Desse modo, Martius propaga a ideia de que os indígenas

pertencem ao passado nacional e não cabem no ideal de nação que se buscava construir. Além disso, há um ponto levantado por Martius o qual Gomes (2018) julga necessário apontar: é o fato de que, mesmo o estudioso considerando os indígenas decadentes, “não deixava de propor esforços para a compreensão de sua conexão com a humanidade” (Gomes, 2018, p. 43).

Ainda com base na mesma autora, destacamos as contribuições de mais um outro intelectual, contemporâneo a Martius: Francisco Adolfo de Varnhagen, diplomata e historiador brasileiro. Esse se mostra ainda mais pessimista que aquele no que diz respeito à população indígena. Varnhagen defendia que os indígenas deveriam ser excluídos do Império, além disso, comungava com a ideia de que tais povos eram “bárbaros decadentes” e caminhavam para a plena extinção. Para ele, os povos que habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus, eram invasores, detentores de uma cultura inferior e facilmente assimilável. (Varnhagen, 1854). Uma outra questão levantada por ele é o caráter a-histórico atribuído aos indígenas. Como se fossem sujeitos fossilizados que não acompanharam as dinâmicas da história e por conta disso não mereciam ser alvo de estudo de tal ciência, à esses povos, “não há história: só etnografia” (Varnhagen, 1854, p. 107).

Reconhecemos que a complexidade das obras e dos estudos dos dois intelectuais aduzidos não cabem em poucas linhas. No entanto, o nosso objetivo não é fazer uma análise aprofundada sobre elas, mas apenas mostrar como o caráter negativo e depreciativo acerca das populações indígenas foi recorrente no contexto nacional do século XIX e de como esses estudos influenciaram outros e o seu modo de enxergar e representar a população originária. Assim como Gomes (2018), também defendemos que essas narrativas não devem ser encaradas como descompromissadas da realidade, embora os autores estivessem inseridos em um contexto social e um local de produção que lhes permitia agir da forma com a qual agiram, não podemos deixar de considerar o fato de que os seus escritos serviram à lógica de dominação encabeçada desde o período colonial.

É necessário reconhecer que as produções historiográficas exercem grande influência na compreensão e na representação de determinados sujeitos históricos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como já mencionado, por se tratar de uma instituição de prestígio na pesquisa e na divulgação da história do Brasil, especialmente no contexto de sua fundação, assume significativa responsabilidade quanto à forma como suas narrativas são disseminadas. Por conta disso, Almeida (2010)

defende que essa instituição foi responsável por atribuir aos indígenas um lugar “muito especial” na história: o passado (p. 17), um passado remoto e a-histórico, especialmente nos primórdios da colonização.

## **2.2 De Alencastre a Mott: a narrativa do extermínio indígena presente na historiografia piauiense**

Ao se pensar na historiografia indígena no Piauí, nomes como Monsenhor Joaquim Chaves, Odilon Nunes, Luiz Mott, entre outros intelectuais do século XX, são prontamente lembrados. De fato, os escritos desses autores trouxeram muitas contribuições para se pensar a história indígena, ainda que os contemple sob o viés da inferioridade e da extinção. No entanto, é preciso considerar que antes desses autores, já existiam outras produções que contemplavam os povos indígenas. Como exemplo, destacamos “Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí” (1857) de José Martins Pereira de Alencastre. Nesse texto o autor traz uma descrição minuciosa de várias etnias e nações indígenas, no contexto do Piauí setecentista. Nações como os Guêguê, Acroá, Pimenteira, Ubirajara e outras, têm informações sobre seus hábitos e costumes. Além disso, o texto também discorre de forma detalhada, sobre a demografia, a política e outros aspectos gerais da Província do Piauí, o que o faz ser um documento rico para pesquisas sobre os povos indígenas, especialmente no contexto do século XIX.

Partindo disso, o nosso foco não é se debruçar sobre as descrições que são feitas acerca das diferentes etnias mapeadas por Alencastre, mas sim em como ele representa essas nações sob o viés da inferioridade e sobre como compactua com a narrativa da extinção dessas nações, fazendo jus às demandas de sua época, em que as produções científicas e literárias concordavam que os indígenas deveriam ficar restritos ao passado, pois na nova nação, não havia espaço para eles. As questões levantadas por Alencastre não se diferem daquelas que estão presentes nos escritos dos estudiosos do século XX, sobre os quais iremos tratar mais adiante.

Faz-se pertinente abordar, de início, o enaltecimento feito por Alencastre aos bandeirantes pela missão de terem “descoberto” o que hoje compreendemos como estado do Piauí. De acordo com ele, “nada pode influir contra a glória do intrépido Domingos Afonso que sempre será tido e seu irmão como únicos descobridores” (Alencastre, 1857, p. 15). Essa glória atribuída a um sujeito ou a um grupo, faz parte de

um viés de dominação que permeia a historiografia e faz com que a história seja concebida por um dualismo em que, de um lado, se tem sujeitos que dominam e, de outro, sujeitos que são dominados, ou, neste caso, aqueles que conquistam e aqueles que são conquistados.

Outro ponto que merece destaque é como a força empreendida contra os indígenas é elogiada pelo autor. “Entrou por aquelas terras (Domingos Afonso Certão) ali não penetradas dos portugueses, e só habitadas dos gentios, com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos gentios (...)” (Alencastre, 1857, p. 17). Aqui, vê-se que as relações de contato entre os indígenas e os bandeirantes são reduzidas aos ataques e os conflitos, não que esses não existissem, mas é preciso que esse dualismo seja superado e que outras questões das relações de contato sejam enxergadas. O autor defende que o Piauí, nos anos iniciais do processo de conquista, era bastante povoado por “hordas de indígenas” pois, de acordo com as suas observações, o território possuía muitas matas para acolher “as numerosas tribos” (Alencastre, 1857, p. 22).

De acordo com ele, essa numerosa população indígena havia sido reduzida após o contato com os conquistadores. E, com isso, ele deixa claro a sua defesa de que os indígenas foram completamente aniquilados do território, ou assimilados. Essa visão é claramente expressa na seguinte passagem: “Os Gueguês, Acoroás, Aroazes, Jaicós e Pimenteiras, subsistiram até há bem poucos anos, porém já completamente degenerados com o cruzamento, e outras razões geralmente sabidas, que fazem perder a primitiva feição, o caráter, os hábitos e os costumes.” (Alencastre, 1857, p. 24). Aqui, o autor expressa fortemente a sua defesa acerca do assilamento, o qual defende que os indígenas perderam os seus traços culturais após o processo de mistura com o europeu. Essa justificativa foi utilizada por muito tempo e até os dias atuais ainda encontra respaldo para deslegitimar a identidade dos indígenas e com isso fomentar a ideia de que eles não existem mais.

Desse modo, são inegáveis as contribuições de Alencastre para o estudo das populações indígenas. Como já mencionado, sua obra apresenta descrições detalhadas de diversas nações indígenas, oferecendo subsídios relevantes para pesquisas posteriores sobre esses sujeitos. No entanto, é importante observar que, em seus escritos, os indígenas são frequentemente representados como sujeitos passivos e vulneráveis diante da dominação sistemática imposta pelos conquistadores. Ademais, o

autor defende a ideia de um completo apagamento étnico e físico dessas populações, relegando-as a um passado encerrado.

O contexto de produção de sua obra é fundamental para compreendermos as razões que moldaram essa perspectiva. Embora seu trabalho exija uma análise mais aprofundada, o nosso propósito aqui é apenas destacar que a narrativa do extermínio indígena antecede os historiadores clássicos do século XX. Já no século anterior, os indígenas figuravam nas produções historiográficas, as quais certamente influenciaram as formas de escrita adotadas pelos historiadores posteriores.

Posto isso, seguiremos a análise das produções historiográficas que datam da segunda metade do século XX, escritas por historiadores e demais estudiosos que se debruçaram sobre os indígenas no Piauí colonial. Para este estudo, optamos por selecionar os autores que se alinham à primeira vertente (Nunes, Chaves e Castello Branco) e dois que pertencem à segunda vertente (João Gabriel Baptista e Luiz Mott), conforme a classificação proposta por Baptista, sobre a qual já discutimos.

A principal distinção entre esses grupos de autores, segundo o referido historiador, reside no fato de que os primeiros, em seus escritos, defendem o completo apagamento dos nativos no território do Piauí, além de representá-los como selvagens e pertencentes a uma cultura inferior. Já os autores da segunda vertente, embora também defendam a ocorrência de genocídio aliado ao etnocídio, destacam-se por uma diferença crucial: na perspectiva de Baptista (2017, p. 08), eles reconhecem a cultura nativa como distinta da cultura europeia, mas não inferior a ela.

Apesar da diferenciação muito bem discutida e trabalhada por Baptista, optamos por analisar esses autores fora da divisão a que eles foram submetidos, uma vez que todos comungam com a noção do extermínio dos povos indígenas, ainda no período colonial, e reproduzem a ênfase nos conflitos e na violência empreendida contra os nativos. E é essa a representação cunhada pela historiografia clássica: as guerras e os conflitos entre nativos e conquistadores. É inevitável reconhecer que existiram esses embates, são fatos, os documentos históricos provam isso. No entanto, é preciso enxergar a história dos indígenas no Piauí para além do dualismo conflito-resistência. E mais, ao considerar os conflitos, é preciso fazê-lo longe da visão reducionista que se consolidou nos escritos tradicionais. É isso que pretendemos problematizar nesta pesquisa.

A nossa ideia é problematizar o fato de que, grande parte dos escritos sobre os povos indígenas, no Piauí, sobretudo como a vertente clássica, os concebe sob uma

perspectiva de inferioridade. Partiremos disso para propor e manifestar a nossa adesão à “renovação historiográfica”, que é encabeçada, no âmbito do Piauí, pelos historiadores Jôina Freitas Borges (2004) e João Paulo Peixoto Costa (2011). Dessa forma, a partir da análise do material manuscrito reunido no Arquivo Histórico Ultramarino, como cartas e ofícios enviados pelos governadores do Piauí à Coroa Portuguesa, nos séculos XVIII e XIX, pretendemos observar os conflitos entre conquistadores e indígenas, as resistências empreendidas por estes, as menções aos aldeamentos e os acordos realizados. O nosso objetivo é realizar uma releitura desses documentos buscando compreender os indígenas como seres ativos, escrevendo, eles mesmos, a sua própria história (Costa, 2011).

Para este capítulo optamos por destacar a representação dos nativos nos escritos dos historiadores clássicos. Classificamos estes autores como clássicos devido ao fato de suas obras se constituírem como referências até hoje muito consultadas para os estudos acerca do Piauí colonial e dos povos indígenas no contexto em questão. É preciso considerar também que esses escritos embasam materiais didáticos sobre a história do Piauí, fazendo com que as visões defendidas por esses textos, acerca dos povos indígenas se façam presentes nas escolas e, conseqüentemente, na formação dos indivíduos. Destacamos que valorizamos e compreendemos a importância desses escritos, ainda que sujeitos a críticas, pois é preciso que se coloque estes autores como sujeitos de seu tempo e consideremos os fatores sociais que incidiram sobre o processo de escrita deles.

Com isso, destacamos os escritos de Luiz Mott (1985), Monsenhor Joaquim Chaves (2016), Odilon Nunes (2007), Moysés Castello Branco (2016) e João Gabriel Baptista (2016<sup>6</sup>). Além disso, estabeleceremos um diálogo com os textos de Hector Bruit (1996), Morais e Fernandes (2007) e Certeau (2017), cujas abordagens conceituais nos ajudarão a interpretar e contextualizar as ideias dos autores clássicos em questão.

Sobre esses autores, convém destacarmos, inicialmente, o sacerdote e historiador Monsenhor Joaquim Chaves. Em sua obra “O índio no solo piauiense” cuja primeira edição data de 1966, o intelectual, nas palavras de Paulo Machado em prefácio dedicado à esta edição, “tem como objetivo principal desencadear um processo de revisão da história do extermínio dos povos indígenas.” (Machado apud Dias, 2016, p.42). Desse

---

<sup>6</sup> As edições iniciais dos textos de Chaves, Nunes, Castello Branco e Baptista foram publicadas, respectivamente, em 1953, 1966, 1984 e 1994. Para este trabalho, optou-se por utilizar os textos reunidos na obra *História dos Índios do Piauí*, organizada pelas historiadoras Claudete Maria Miranda Dias e Patrícia de Sousa Santos, cuja edição é de 2016.

modo, Chaves, assim como os demais estudiosos que aqui analisaremos, prometem realizar essa “revisão” acerca do extermínio. No entanto, acaba compactuando, em seus escritos com a ideia do massacre e reduz toda a dinâmica do processo de ocupação da capitania do Piauí pelo viés da violência empreendida contra os povos nativos e corroboram com o apagamento de sua identidade.

Em seu texto, Chaves traz discussões embasadas no sentido destacado acima, as quais merecem ser destacadas. Em seus escritos, o autor defende que o processo de “conquista” e ocupação da capitania se deu de forma linear e, no final, a “vitória” teria sido alcançada pelos conquistadores. Ou seja, em suas análises, os indígenas teriam apresentado resistência apenas nos primeiros contatos com os conquistadores, mas, no desenrolar de toda a trama, não foram capazes de sustentar a resistência e acabaram sendo exterminados ou assimilados. Essa ideia se fundamenta na seguinte passagem: “A guerra continuou, porém, encarniçada no território piauiense, ainda durante alguns anos. Mas aquela fibra de ataque de nossos índios tinha sido quebrada em toda a linha” (Chaves, 2016, p. 51). Nessa ótica, o motivo para a cumprimento da infeliz sina dos nativos teria sido a “eficiência” dos conquistadores, visão expressa pelo autor, quando ele afirma: “A ação enérgica e muitas vezes desumana dos mestres de campo e dos proprietários particulares de fazendeiros de gado, tinha aniquilado, definitivamente, as confederações de selvagens” (Chaves, 2016, p. 51).

Com base nisso, para o autor, o indígena, concebido por ele como a vítima de todo processo, teria assistido a todo esse episódio, inerte. Essa visão clássica se consagrou tanto na historiografia tradicional, quanto no imaginário coletivo. Quando o autor defende o que elencamos, ele corrobora com a visão dual e maniqueísta que se cunhou sobre o processo de ocupação: a de que a suposta inferioridade étnica e física dos povos nativos não era capaz de resistir à dominação bem encabeçada pelos ditos conquistadores europeus. Essa ideia corrobora com a noção de que a dominação foi bem sucedida, que por sua vez, é refutada por Héctor Bruit em sua obra “O visível e o invisível na conquista hispânica da América” (1996). De acordo com ele, “A conquista em seu sentido mais amplo de dominação total, de aculturação, de substituição de uma cultura por outra, de uma absorção ou, com seu defeito, de uma eliminação dos vencidos, realmente não chegou a realizar-se” (p. 78-79). Com base nessa visão, a dominação total dos nativos, o aniquilamento da sua cultura, não aconteceu de forma

efetiva, e a prova disso, é o ressurgimento étnico que vem acontecendo nas últimas décadas.

O autor também adota a ideia de assimilação, sugerindo que os nativos que não foram completamente dizimados haviam sido "civilizados" e transformados em "caboclos", ou seja, no sujeito piauiense. Sobre isso, ele afirma: "Desde então, não houve mais luta com índios na capitania. As tribos mais indômitas tinham sido aniquiladas, os restos das outras estavam aldeados e definitivamente pacificados" (Chaves, 2016, p. 55). Essa passagem reforça a ótica de que, com o processo de aldeamento, os conflitos entre diferentes grupos estavam resolvidos, pois a pacificação teria sido alcançada por meio dos aldeamentos. No entanto, essa perspectiva vem sendo revisitada, e neste trabalho, pretendemos discutir e problematizar essa visão.

Também bebe da mesma fonte de Chaves e reproduz a mesma perspectiva que elencamos acima, o historiador Moysés Castello Branco (2016). Segundo ele, "No Piauí, não há tradições indígenas. Três séculos após o desbravamento da terra, os descendentes dos silvícolas estão integrados na família rural piauiense. Não há colônia de índios em luta por terras." (p. 64). Essa afirmação nos permite pensar em duas questões: a primeira é que o autor defende a ideia de assimilação e etnocídio, assim como o autor que discutimos outrora. A segunda é que a ideia do extermínio dos povos nativos, no Piauí, é abertamente defendida por Castello Branco, o que nos faz inseri-lo no *rol* dos autores clássicos.

É preciso levar em consideração que Castello Branco, assim como os demais autores, ampararam os seus escritos, em grande medida, nas fontes de cronistas e naturalistas. No caso de Castello Branco, ele menciona a catalogação das etnias feita pelos naturalistas alemães Spix e Martius, no século XIX. Devemos considerar que esses cientistas estavam preocupados em explorar e descrever a fauna e a flora das regiões em que exploravam. Desse modo, os nativos acabavam sendo inseridos nessa categoria e vistos como seres selvagens, associados à natureza. Essa visão reduzida acabou sendo legada aos escritos e, com isso, a visão do extermínio foi ainda mais consolidada, pois os nativos eram tidos como espécies de uma fauna facilmente destrutível.

Castello Branco trata as fontes primárias como verdades incontestáveis, sem submetê-las a questionamentos críticos, tratando-as como registros definitivos, sem

interrogar as nuances dos relatos originais. Esse tipo de abordagem ignora as complexidades e as contradições do processo colonial, reforçando uma visão simplista e romantizada do confronto entre colonizadores e povos nativos. Além disso, ele emprega adjetivos valorativos para descrever os conquistadores e suas ações contra os povos nativos. Um exemplo pode ser visto nas seguintes passagens de sua obra: “O capitão Bernardo Carvalho de Aguiar (...), este valente e destemido lutador iria fazer guerra tenaz àquelas tribos” e “Estes bravos capitães (...) eram o fim da guerra de conquista das nações indígenas” (Castello Branco, 2016, p. 63). Essas passagens expõem a visão parcial e glorificadora do processo de colonização, a qual pretendemos discutir e propor formas para que ela seja superada, ao enaltecer os conquistadores como agentes de uma "missão nobre" de exterminar ou converter os nativos aos costumes europeus.

Ademais, ainda sobre a defesa de que o aldeamento seria capaz de suplantar a identidade dos nativos e contê-los, o autor afirma: “Os aborígenes isolados perdiam os costumes e as crenças dos avoengos. Adaptavam-se as usanças das fazendas e aos festejos dos negros. Extinguiu-se a tribo” (Castello Branco, 2016, p. 64). Essa ideia vem sendo discutida e questionada por novos historiadores, como João Paulo Peixoto da Costa, que alude à Maria Regina Celestino de Almeida. Consoante a autora, além de “perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca de possíveis vantagens que sua condição lhes permitia.” (Almeida, 2003, p. 11 e 12, apud Costa, 2011, p.158). Com isso, ela busca defender que o aldeamento, não necessariamente determinava o fim das nações indígenas, e que esses sujeitos souberam utilizar essa prática em seu favor. E, é possível pensar, ainda, que esta prática se constituía enquanto um processo de resistência, que fora plural e não limitado “à resistência armada e à submissão passiva.” (*ibidem*)

Ainda com base na citação de Castello Branco mencionada acima, é pertinente analisar a maneira como o historiador se refere aos povos nativos ao afirmar: “extinguiu-se a tribo” (*ibidem*). O termo “tribo”, presente não apenas nos escritos de Castello Branco, mas também em obras de outros autores alinhados a essa mesma corrente, carrega um viés pejorativo que reduz e homogeneiza culturas distintas. Além disso, essa palavra reflete uma perspectiva evolucionista, ao sugerir que os povos indígenas são inferiores e se encontram em um estágio menos avançado de civilização. Tal expressão também revela seu caráter colonialista, pois o termo “tribo” tem suas

raízes no contexto colonial, sendo utilizado pelos europeus para descrever os grupos indígenas de maneira simplificada e desumanizante. Desse modo, com base nas palavras de Borges (2004), tais escritos ajudam a compactuar uma “perspectiva linear e evolucionista pela qual as sociedades são vistas como pertencentes a um único *continuum*, capaz de englobar as diferenças culturais e humanas em degraus evolutivos, criando conceitos-chave como bando, tribos, chefias (...)” (p. 26).

Convém agora destacarmos um outro historiador: Odilon Nunes. Em seu texto “Pesquisas para a história do estado do Piauí” (2007), Nunes concebe o indígena enquanto um selvagem. Além disso, os seus escritos levam a interpretar a cultura indígena como sendo uniforme, o que contribuiu para reforçar o estereótipo que se consolidou acerca destes ao longo do tempo. É preciso considerar que essa visão inferiorizada do nativo descrita por Nunes não recai somente àqueles que ocupavam o espaço que hoje compreendemos como Piauí, mas aos nativos do território nacional como um todo. É possível observar essa afirmação na seguinte passagem: “Como sabemos, eram talvez os aborígenes brasileiros os mais atrasados ameríndios” (Nunes, 2007, p. 55). Desse modo, os escritos de Nunes contribuem para difundir a ideia de que os nativos são seres de uma cultura tida como inferior. É como se a sua narrativa partisse dessa ideia para justificar toda perseguição e o suposto extermínio físico ou étnico.

Outro ponto presente nos escritos de Nunes que merece ser discutido é o protagonismo que ele atribui aos fazendeiros, aos religiosos e à própria Coroa, no processo de conquista. Sob esse viés, a historiadora Jóina Freitas Borges (2004), discute sobre como a colonização do Piauí, “como o próprio espaço do Brasil, foi construído sob a ótica particular da colonização portuguesa” (p. 81). Ou seja, quando se recorda da colonização e do processo de ocupação da capitania do Piauí, o protagonismo é frequentemente atribuído a indivíduos específicos, considerados responsáveis pelo notável feito de “povoar” essas terras. Exemplos disso são os “impávidos bandeirantes” e os “afamados senhores da Casa da Torre” (Borges, 2004, p. 81). Esses personagens não apenas dominam a historiografia, mas também se inserem profundamente no imaginário coletivo.

Um exemplo claro disso é a menção ao papel central dos bandeirantes na “descoberta” do Piauí, destacada até no próprio hino do estado: “Desbravando-te os

campos distantes/ Na missão do trabalho e da paz/ A aventura de dois bandeirantes/ A semente da pátria nos traz”<sup>7</sup>. Os dois bandeirantes citados, Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, são frequentemente lembrados e enaltecidos por desempenharem uma “missão de trabalho e paz”, mesmo que tal missão tenha implicado a morte de diversas populações nativas. Nosso objetivo não é reforçar a ambiguidade sobre a atuação desses sujeitos, mas destacar que, tanto na historiografia quanto no imaginário popular e no hino estadual, o protagonismo é concedido a figuras específicas, enquanto as populações nativas que habitavam essas terras e os seus feitos são sistematicamente apagados do discurso oficial.

Ademais, essas figuras são constantemente retratadas como responsáveis pelo destino dos indígenas, que, por sua vez, aparecem como meras marionetes em suas mãos. Sobre isso, afirma: “Enquanto os religiosos eram partidários da catequese para a pacífica expansão colonizadora, os criadores optaram pelo esmagamento completo do indígena, para a expansão de seus rebanhos.” (Nunes, 2007, p. 97). Nessa visão, o indígena seria então um empecilho que atrapalhava os planos dos agentes coloniais e os fazia pensar em formas de contê-los. Ela também compreende os nativos enquanto sujeitos passivos que esperavam, “de braços cruzados” as decisões dos conquistadores, como se não soubessem o que estava a se passar no seu entorno, desconsiderando as negociações e os acordos que eram ações recorrentes entre esses grupos.

Outrossim, Nunes atribui grande ênfase aos fazendeiros e curraleiros que foram responsáveis por povoar os sertões com o estabelecimento dos currais e dos criatórios de gado. O historiador compreende essa prática de ocupação como sendo “linear”, ou seja, os fazendeiros sedentos por terras, as ocupavam promovendo o massacre e a dizimação dos povos nativos que ali viviam. Nesse sentido, afirma: “Enquanto os religiosos eram partidários da catequese para a profícua expansão colonizadora, os criadores optaram pelo esmagamento completo do indígena, para a expansão tranquila de seus rebanhos.” (Nunes, 2007, p. 97). Tudo é posto como um processo simples: chegar, ocupar e exterminar. Quanto aos indígenas, estes eram tidos como meros coadjuvantes aceitando o seu fatídico destino determinado pelos verdadeiros protagonistas uma vez que “não compreendiam, nem podiam compreender a razão porque outros homens invadiam as suas terras.” (Nunes, 2007, p. 96).

---

<sup>7</sup> SILVA, Antônio Francisco da Costa. CARDOSO, Firmina Sobreiro. *Hino do Estado do Piauí*. 1923. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-estados/126615/>. Acesso em: 28/12/2024.

Dessa forma, Nunes reforça uma visão em que os nativos aparecem como sujeitos passivos no processo de colonização. Ao destacar os fazendeiros e criadores de gado como protagonistas da ocupação e como responsáveis pela dizimação das populações indígenas, o historiador sugere que os nativos estavam à margem das decisões que moldaram seu próprio destino. Essa abordagem contribui para a ideia de que os povos indígenas eram apenas vítimas resignadas, incapazes de resistir ou reagir de forma ativa, submetidos às ações daqueles que consideravam suas terras um recurso a ser explorado.

Mais do que retratar os nativos como figuras passivas, essas narrativas os caracterizam como bárbaros, pertencentes a uma espécie inferior. Essa visão é evidente nos primeiros textos dos cronistas, o que pode ser compreensível considerando o contexto da época e o impacto do primeiro contato entre os grupos envolvidos. No entanto, surpreende que essa mesma visão tenha sido perpetuada nos textos de historiadores do século XX, o que revela a reprodução acrítica das fontes, sem o questionamento e a problematização necessários para compreendê-las de forma mais ampla e justa.

Nesta mesma linha, segue o geógrafo João Gabriel Baptista em seu texto “Etnohistória indígena piauiense” (2016). No início do texto, o autor reúne diversos trechos de autoria de autores e pesquisadores piauienses e não piauienses em uma seção que ele intitula de “opiniões”. Para ilustrar, destacamos duas das dezenas de passagens trazidas: “Os índios piauienses foram vítimas de tenaz perseguição, podendo-se afirmar que na segunda metade do século passado estavam praticamente exterminados.” (Filho, 1986, p. 10 apud Baptista, 2016, p. 119). Essa passagem evidencia a defesa do autor citado sobre a ideia do extermínio indígena. E, além da existência de outras passagens desta natureza, encontramos passagens que apresentam os nativos sob uma perspectiva inferiorizada, como esta: “(...) os índios eram bichos do mato que se podia escravizar quando apanhados nos campos de batalha e que se podia matar quando pilhados roubando o gado das fazendas. Eles foram pobres vítimas de um choque de culturas.” (Chaves, 1953, p. 22 apud Baptista, 2016, p. 120). O que importa destacar aqui é sobre como essas passagens são trazidas por Baptista sem serem postas à luz de nenhum questionamento.

Partindo disso, ele demonstra a preocupação em mapear as principais nações indígenas e, em seguida, expõe como cada uma foi extinta ou reduzida. Considera a ação

dos conquistadores como eficaz e suficiente para a supressão completa dessas nações. Essa sua visão é explicitada no seguinte excerto:

(...) não houve epidemias ou endemias que destruíssem os índios ou as tribos; só a ação sistemática do branco. No fim, quando seus últimos membros se desintegravam entregando-se ao alcoolismo, ou sendo atacados pela sífilis, eles já não tinham mais identificação certa. O índio não existia mais como tribo e, muito menos como nação (Baptista, 2016, p. 165).

Essa passagem ressalta a interpretação do autor sobre o papel decisivo da violência e das práticas coloniais na aniquilação das sociedades indígenas, atribuindo a destruição dessas comunidades não a fatores naturais, como epidemias, mas à ação contínua e sistemática dos colonizadores. Ao mencionar o alcoolismo e a sífilis como formas finais de degradação, ele sugere que o processo de desintegração dessas sociedades foi tanto físico quanto cultural, culminando em um apagamento completo das identidades tribais e nacionais indígenas. Sob esse viés, o autor se questiona acerca do legado que os povos nativos teriam deixado, já que, em suas conclusões, a presença física desses indivíduos seria inconcebível. Nesse sentido, o geógrafo reduz o legado dos nativos meramente à sua influência na culinária, e à nomenclatura de acidentes geográficos.

Para encerrarmos a discussão da representação dos nativos pelos escritos clássicos, convém destacarmos um renomado historiador que muito contribuiu para com a historiografia do Piauí colonial: Luiz Mott. É válido pontuar que discordamos de Baptista em uma questão: para ele, Mott se enquadra na segunda corrente. Para nós, os seus escritos comungam tanto com a primeira, quanto com a segunda vertente. Assim, utilizando como base as primeiras fontes escritas sobre o Piauí colonial, Mott, além de descrever o processo de ocupação em função da pecuária e da concessão de terras, enfatiza a política empreendida para conter os indígenas e a reproduz de uma forma pouco crítica.

Na perspectiva de Mott: “o remédio empregado contra os índios foi a violência” (1985, p.128). Assim sendo, ele elenca o que, em sua análise, teria resumido o contato dos nativos com os europeus: a guerra de extermínio, guerra de expulsão, guerra de preamento e guerra de redução. Percebe-se a ênfase no conflito, como se as relações entre conquistadores e conquistados se resumissem a isso, desconsiderando os acordos e

as resistências. E, além disso, é possível observar que o autor compactua com a ideia de que a guerra teria sido necessária para conter os “gentios indóceis”.

Ademais, Mott busca evidenciar a “ínfima” presença dos indígenas na composição populacional do Piauí setecentista. Chega a afirmar que os ameríndios correspondiam ao “menor grupo étnico regional” (Mott, 1985, p. 79). Sobre isso, ele aponta o declínio da população nativa, que em 1679 correspondia a 13,5% e em 1772, a menos de 6%. Ao realizar essas afirmações, Mott consolida a noção do apagamento dos nativos de forma gradual que comunga com a perspectiva derrotista, ou seja, de que, o processo de colonização teve um lado “vencedor” que, certamente, não seria o dos nativos. Para arrematar o seu posicionamento perante a ideia do extermínio, declara:

Os episódios de genocídio das populações aborígenes permeiam todo o século XVIII e a inexistência em nossos dias de sequer um grupo indígena no Piauí fala por si só da violência e do quão deletério foi o contato dos brancos com os diversos povos tribais que ocupavam aquelas brenhas (Mott, 1985, p. 138).

Aqui, percebemos que os escritos do referido historiador enfatizam, de forma exclusiva, o processo de violência, o que mostra que ele comunga com a perspectiva do extermínio bem como com a ideia da assimilação (etnocídio) dos indígenas. Para o autor, todo o processo foi resumido ao embate sangrento entre nativos e conquistadores. Sobre o uso de fontes, assim como os demais historiadores analisados até aqui, Mott também se ampara sob os escritos de cronistas, geógrafos e naturalistas. Desse modo, a ele cabe também a mesma crítica que fizemos aos outros, o fato de não submeterem tais fontes a uma merecida análise crítica, já que o interesse desses cronistas era relatar, de modo descritivo, as nações indígenas. Além disso, para a mentalidade da época, eles não eram tidos como pessoas, mas sim como animais selvagens e isso ajuda a explicar a perspectiva de inferioridade que eles são representados.

Além de compactuar com a ideia do apagamento físico total dos nativos, na capitania do Piauí, Mott também manifesta a opinião de que aqueles que não foram dizimados, teriam tido a sua identidade e culturas ceifadas após o processo de aldeamento. Esta sua ideia se faz presente na seguinte afirmação: “Exigia-se do índio imediata renúncia a todos os seus hábitos, tendências e costumes nativos e, ainda mais, a submissão às leis e a uma religião que ele desconhece.” (Mott, 1985, p. 120). Essa ideia de que o aldeamento era

capaz de suprimir os costumes, hábitos e crenças dos nativos foi compartilhada não só por Mott, mas por muitos outros historiadores, os quais já citamos neste trabalho. Além disso, também já discutimos sobre como essa visão é questionada e já não mais se sustenta.

Se levarmos em consideração a influência que Mott possui na historiografia piauiense é de se imaginar que a afirmação aludida acima tenha sido perpetuada e difundida no meio acadêmico, tornando difícil o reconhecimento social da existência dos povos nativos no Piauí contemporâneo. Com isso, os escritos de Mott são essenciais para que compreendamos a construção desse discurso.

É possível inserir esses autores na discussão levantada pelo historiador chileno Hector Bruit. Em seus estudos sobre o processo de conquista da América Hispânica, Bruit desenvolveu os conceitos de o “visível” e o “invisível” da conquista. O primeiro termo refere-se àquilo que se consolidou, seja no imaginário popular, seja nos escritos sobre o processo de colonização. Que seria associado à derrubada de impérios indígenas, o massacre, a dominação e o servilismo desses povos (Bruit, 1986, p. 77). Desse modo, podemos afirmar que os primeiros historiadores (e demais pesquisadores) que se puseram a estudar o processo de conquista e ocupação da capitania do Piauí, acabaram por mostrar apenas o lado “visível” que seria o da dizimação dos nativos, descritos como pusilânimes, covardes e pacíficos, pelos conquistadores, além da ênfase na violência e nos conflitos.

Para superar essa narrativa “vencedora”, Bruit apresenta como alternativa olhar para o lado “invisível”, ou seja, reportar a visão para aquilo que não foi grafado no discurso oficial, e tentar compreender as ações dos nativos, o estabelecimento de acordos e de relações entre estes e os conquistadores. Trata-se, pois,

de mostrar que mesmo conquistados e colonizados, os índios não perderam sua condição de agentes sociais ativos, capazes de frustrar os valores impostos pelos vencedores; de reivindicá-los historicamente tirando-lhes a condição negativa em que foram colocados pela maior parte dos cronistas, a começar por Las Casas (Bruit, 1986, p. 76).

Convém também inserirmos os escritos dos autores que analisamos dentro do conceito de “derrotismo” desenvolvido pelos historiadores Fernandes e Morais (2007). Ao analisarem a representação da colonização espanhola na América nos manuais escolares, os autores perceberam a presença de escritos dos cronistas, ou mesmo de escritores onde eles sempre representavam o processo com o famigerado maniqueísmo:

vencedores *versus* vencidos, a inferioridade dos nativos *versus* a superioridade dos europeus, dentre outros dualismos.

Reiteramos que não negamos que o contato entre os nativos e os ditos conquistadores foi violento. Houveram lutas, mortes, silenciamentos e muitas outras formas de ataque. Consideramos que, frequentemente, esse contato não se deu de forma amistosa. No entanto, o que buscamos, nesta pesquisa, é pensar nessas dinâmicas fora desses extremos a que elas sempre foram submetidas. Desse modo, manifestamos a nossa inquietação fazendo nossas as palavras de Fernandes e Morais: “O problema reside em um reducionismo de caráter econômico capaz de matar culturas e prover uma origem embrionária e passiva ao nosso continente, como que impedindo a visão de outras matrizes em nossa história que não a da dor, do sofrimento e da negação” (2007, p. 153).

Uma outra ressalva que precisa ser feita é que reconhecemos a importância dos autores clássicos para a historiografia indígena no Piauí. Levamos em consideração que enquanto sujeitos de seu tempo, esses historiadores elaboraram as suas interpretações de acordo com as demandas da época. Conforme nos lembra Michel de Certeau, em sua célebre obra “A Escrita da História” (1982), “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural” (p. 56). Desse modo, é preciso considerar que muitas questões incidem sobre a escrita da história e a principal delas são as aspirações de quem escreve, que por sua vez estão relacionadas, reiteramos, ao lugar que ele ocupa na sociedade.

Talvez a reprodução das fontes primárias sem o devido rigor crítico, que foi muito batido por nós, partia da perspectiva que esses autores concebiam por escrever história que seria a de entender que nessas fontes, estava a verdade dos fatos e que cabia ao historiador narrá-los. Essa ideia é claramente evidenciada por Borges (2004), quando ela afirma:

Para a sociedade em geral há, ainda, uma concepção de história dominada por um pensar positivista que propõe o conhecimento absoluto dos fatos históricos, como se eles fossem capazes de construir, através do seu encadeamento lógico e cronológico, uma verdade inquestionável (Borges, 2004, p. 25).

Além disso, com base na mesma autora, refletir sobre uma escrita histórica que atribui protagonismo a sujeitos historicamente subalternizados, como os nativos,

implica um rompimento com o "epicentro histórico da colonização" (p. 89). Em outras palavras, as narrativas dos autores discutidos anteriormente seguem a lógica imposta pelo sistema colonial, no qual há uma organização hierárquica rígida que define o papel de cada sujeito dentro do processo histórico. No caso dos nativos, essa organização se traduz na marginalização e invisibilidade, enquanto os outros sujeitos (conquistadores, fazendeiros, entre outros) ocupam as posições centrais e dominantes nessa dinâmica.

Desse modo, é preciso considerar que essas representações estão ligadas ao contexto no qual foram produzidas. Antes de julgar, faz-se necessário compreender o local e a posição de onde partiam esses autores ao produzir e desenvolver os seus escritos dentro de cada vertente. Apesar disso, devemos atribuir a essas produções a responsabilidade de legar, até os nossos dias, visões distorcidas e preconceituosas em vista dos indígenas, as quais podem ter dificultado o seu processo de entendimento enquanto tais.

### **3. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ SETECENTISTA: POSSIBILIDADES DE REINTERPRETAÇÃO**

A narrativa do extermínio indígena no Piauí precisa ser superada. O surgimento de novos estudos acerca da atuação e sobre os diversos tipos de resistência dos povos indígenas apontam para as novas possibilidades existentes de pensar a ação desses sujeitos fora da lógica derrotista a qual eles foram relegados. Desse modo, neste capítulo, tomamos como objetivo principal apontar as novas possibilidades de se pensar a atuação dos povos indígenas ainda no período colonial e enxergar, nele, as dinâmicas empreendidas pelos povos indígenas que os fizeram chegar até os dias de hoje, com as suas identidades firmadas, os seus hábitos e costumes sustentados mesmo após todas as tentativas de apagamento.

Como foi visto no capítulo anterior, é possível deduzir que os escritos historiográficos acerca dos povos indígenas tiveram como base a perspectiva eurocêntrica e colonialista, e pensar em protagonizar os sujeitos que viviam à margem desse sistema, fugiria à sua lógica, logo, foi uma possibilidade inconcebível por muito tempo. Nesse sentido, é possível inferir que tais escritos se inserem na lógica da colonialidade, entendida como a persistência e atualização das estruturas de dominação

próprias do período colonial, viva “nos manuais de aprendizagem, no critério do bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum (...)” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131 apud Gomes, 2018, p. 12). Assim, os escritos que contemplam os povos indígenas no Piauí se encarregaram de representá-los sob a égide de dominação colonial, como sujeitos subalternos, com representações generalizantes e violentas. Há uma possibilidade de superar esse tipo de pensamento há muito consagrado por meio da decolonialidade.

De acordo com Geisiane Gomes (2018), a decolonialidade, que propõe uma crítica às narrativas ligadas à colonialidade, se mostra para nós como uma saída, como “uma porta que se abre para refletirmos sobre a necessidade de nós nos desfazermos das lógicas raciais, sexistas e aristocráticas que teimam em se manter presentes mesmo após anos do fim do pacto colonial, como o apagamento de outras histórias possíveis e conseqüentemente outros mundos.” (Gomes, 2018, p. 36). À vista disso, podemos considerar que este estudo se encaixa na perspectiva decolonial ao propor novas possibilidades de compreender as dinâmicas entre os “conquistadores” e os povos indígenas durante o período de colonização e, ainda, conceber tais povos enquanto sujeitos ativos e atuantes no processo histórico.

Partindo disso, este capítulo se alicerça nas produções historiográficas que propõem, nas palavras de John Monteiro, “uma nova história indígena” (1999, p. 238) em que se busca reinterpretar e propor novos rumos à história dos povos indígenas por muito tempo reduzida e subalternizada. Além do historiador aludido, nos apoiaremos nas contribuições de Héctor Bruit (1996) para pensarmos no processo “invisível da conquista”, que já fora mencionado no capítulo que antecede a este. Pensando no contexto local, o nosso referencial teórico se apoia nos trabalhos de dois historiadores que se destacam na nova historiografia indígena no Piauí, são eles: Jóina Freitas Borges (2004) e João Paulo Peixoto Costa (2011), além de outros autores cujas contribuições nos ajudarão estabelecer diálogos entre si e com as fontes estudadas.

É válido, pois, elencamos as problemáticas que norteiam a construção deste estudo: a presença de algumas nações indígenas em nossos dias atesta que a narrativa do extermínio não se sustenta e, para chegarem até aqui, é fato que tiveram que empreender diversos tipos de resistência, ainda no período colonial. Além disso, os conflitos bélicos que são tidos como o único meio de interação entre indígenas e os demais agentes coloniais, devem ser submetidos a uma nova interpretação e percebidos não como meras reações instintivas ou animais por parte dos indígenas, mas sim como ações

orquestradas por eles, que envolveram alianças e trocas de interesses. Ademais, também iremos explorar os demais tipos de resistências possíveis que envolvem ações mais sutis de contestação, além das fontes que mencionam fugas e outros tipos de acordo. Buscaremos ainda perceber o interesse da Coroa Portuguesa para com os indígenas, se seria mesmo a sua intenção exterminar tais populações, como sustenta a historiografia clássica por nós debatida.

Para discutirmos e pensarmos nas novas possibilidades existentes, analisamos oito cartas que incluem ofícios enviados por governadores e demais sujeitos à Coroa Portuguesa contendo relatos acerca dos indígenas de diferentes nações no Piauí setecentista (todos os documentos analisados datam da segunda metade do século XVIII). A referida documentação encontra-se reunida no Arquivo Histórico Ultramarino. A nossa intenção foi buscar, nessas fontes, menções aos diversos tipos de resistência recorridos pelos povos indígenas, além de informações que tornassem possível confrontar a narrativa do extermínio, ou seja, encontrar os indígenas “vivos e atuantes” (Almeida, 2010, p. 137) no período colonial.

Assim, selecionamos um total de oito documentos, incluindo os seus anexos. Não vamos expô-los aqui em ordem cronológica, vamos discuti-los de modo que seja possível estabelecer relações e diálogos entre si. Dividiremos, pois, a análise da seguinte maneira: primeiro, analisaremos as fontes que mencionam os conflitos entre os indígenas e colonos. O objetivo, nesta análise, é superar a ideia de que os conflitos se deram apenas para conter o “ânimo ferino” dos indígenas, e apontar a atuação e a estratégia desses sujeitos em tais conflitos. Em seguida, partiremos para as fontes em que foi possível encontrar outras formas de resistência para além do confronto bélico, como as fugas, os acordos e as resistências culturais.

A análise e transcrição das fontes mostrou-se uma parte complexa desta pesquisa. Além da dificuldade de compreender os manuscritos, escritos em português arcaico, uma outra questão tornou este estudo difícil: o silêncio das fontes que utilizamos. Trabalhamos com manuscritos que mencionam um povo que se quer teve o direito de escrever sobre eles próprios. Tudo o que se sabe dos povos indígenas, no contexto estudado, foi escrito pelo viés do colonizador, logo, são fontes tendenciosas, que pendem apenas para um lado da história. John Monteiro (1999, p. 239) discorre acerca da dificuldade imposta aos historiadores ao identificar, documentar e interpretar os eventos ligados à história e à resistência indígena. Parte disso se dá ao fato de que as

fontes de que dispomos, especialmente no caso brasileiro, apresentam uma série de lacunas.

Mesmo diante de todas essas dificuldades, as fontes são capazes de nos fornecer informações preciosas que denunciam a atividade dos indígenas. Ainda que seja um exercício árduo, “é possível neutralizar a parcialidade observando que essas visões se situam sempre nos extremos, e o caminho entre um extremo e outro revela um silêncio suscetível de ser preenchido a partir da separação entre o conteúdo dos enunciados e o sentido deles” (Bruit, 1996, p. 79). As discussões em torno dos indígenas, o incômodo que causavam e, a sua constante presença nos documentos oficiais entregam a sua atuação, mesmo que indireta. Basta o historiador ter um olhar atento e crítico, amparado na bibliografia disponível para perceber o que as fontes têm a dizer diante das nossas perguntas e dos cruzamentos possíveis.

### **3.1 Para além dos conflitos: repensando a resistência bélica indígena no sertão do Piauí no século XVIII**

São inúmeras as menções feitas aos conflitos envolvendo os confrontos militares entre os indígenas e os demais agentes coloniais. De início, a nossa intenção era buscar no Arquivo Histórico Ultramarino apenas documentos que mencionassem as resistências que não envolvessem o conflito bélico, como uma forma de se abster da historiografia tradicional que reduz toda a dinâmica de contato entre indígenas e “colonizadores”, ou seja, a “escrita do massacre” como bem definiu o historiador João Paulo Peixoto Costa, que, em suas palavras, trata “unicamente de guerra de resistência, violência e dizimação” (2011, p. 144). No entanto, vimos a possibilidade de encontrar nos escritos que mencionam os conflitos novas formas de enxergá-los. Ao invés da passividade indígena, pudemos ver a sua atuação. Ao invés de uma reação instintiva, pudemos compreendê-la como sendo organizada e estratégica, da parte dos indígenas. Tais análises também nos fizeram questionar se o objetivo da Coroa consistia apenas no extermínio de tais povos.

Nosso objetivo não é comungar com a visão que reduz todo o processo de contato aos conflitos, mas perceber que eles podem nos mostrar muito além do embate físico e sistemático. Mais uma vez, enfatizamos que não negamos a violência, as mortes, as tentativas de silenciamento, as negligências e tantas outras atrocidades que se sucederam no contexto estudado. Não os desconsideramos, mas também acreditamos

que a história dos povos indígenas no contexto do Piauí colonial tem muito mais a nos mostrar. É possível ver lutas, adaptações, apropriações, acordos e sobretudo, resistência.

É inegável que os conflitos bélicos desempenharam um papel central no processo de ocupação e consolidação do território que hoje compreendemos como Piauí. A expansão da atividade pastoril rumo ao sertão, região habitada por diversas comunidades indígenas, gerou uma série de disputas, uma vez que esses povos eram frequentemente vistos como obstáculos ao avanço da colonização. No entanto, como destaca Carolina Rocha (2015), “a ‘Guerra dos Bárbaros’, ou melhor, os incontáveis episódios bélicos que envolveram índios, tropas regulares paulistas, curraleiros, colonos, missionários e instituições do governo da segunda metade do século XVII, foi muito mais do que guerra de extermínio para o avanço da frente pastoril” (p. 162).

A mesma autora ainda pontua que esses episódios envolviam quadros complexos de contínuas rearticulações de relações econômicas. E, além disso, os “Tapuias” dos sertões, na visão de Rocha, “não exerceram apenas o papel de vítimas mudas ou de protagonistas de uma cega quanto inútil ‘resistência’” (*op. cit.*). Com base nisso, ainda que os sertões fossem palco para os conflitos envolvendo todos esses sujeitos aludidos, eles não devem ser vistos como mera obra do acaso de sujeitos que possuem interesses diversos e por conta disso, conflitavam.

Nesta seção, propomos analisar quatro cartas/ofícios que mencionam conflitos entre colonos e diferentes etnias indígenas, como os Acroá, Pimenteira e Guêguê. Trata-se de nações distintas, com hábitos, costumes, formas de organização e territórios próprios. Reconhecemos essas particularidades e entendemos que elas influenciam diretamente a atuação desses sujeitos históricos. No entanto, embora essas diferenças sejam consideradas, não é nosso objetivo agrupá-los de maneira homogênea, tampouco propor uma análise comparativa entre essas comunidades. Nosso foco, aqui, é outro, e partimos dessas ressalvas para deixar claro o recorte adotado.

O primeiro documento aqui analisado trata-se de uma carta enviada pelo governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em 1770, ao rei D. José. A carta referia-se “às queixas dos moradores de Paranaguá devido aos ataques dos índios Acroás; os índios Guêgués aldeados; as dificuldades em se fazer a guerra aos índios rebeldes, como os Acroás, os quais também já foram enfrentados pelos povos das minas de Natividade e Goiás; acerca da falta de mantimentos e de armamento para as suas tropas, e as deserções feitas pelos habitantes de Parnaguá”. Só a descrição da carta já nos traz muitas informações acerca da atuação, neste caso de duas nações indígenas:

Acroá e Guegue. A seguir, apresentaremos a transcrição da dita carta e as discussões que ela nos permite fazer.

As continuadas queixas dos moradores da vila do Parnaguá comprovadas com os assaltos que anualmente faz o gentio seu confinante chamado Acroá, me obrigam após na real presença de sua majestade que sendo este também dos compreendidos na ordem para o meu antecessor fazer guerra ao denominado Guêguê hoje descido e aldeado nesta capitania, ficou sempre aquele e as civilizando as terras fronteiras sem mais contrário que apareça a proposição dos referidos moradores. E ainda que a indiada me obrigue a fazer guerra, não deixo de lembrar-me da pouca gente que tenho para combater um inimigo tão reforçado como o dito acroá sabendo que os povos das minas de Natividade e Goiás fizeram já grandes despesas sem utilidade de excluir das suas rayas por não poderem conservá-lo na obediência que referidas vezes desprezou pela indelével rebelião que entre ele me se conteve (AHU-Piauí, cx. 7, doc. 15; cx. 9, doc. 36 AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 644).

Este trecho parte das queixas dos moradores do Parnaguá contra a nação indígena Acroá. É interessante percebermos como o documento evidencia a diferenciação entre essa comunidade indígena e os Gueguê. Os primeiros não estão na condição de aldeados, logo, são “inimigos” e manifestam a suposta rebeldia praticando “assaltos” aos moradores do Parnaguá. A segunda nação mencionada, os Guêguê, por estarem na condição de descidos e aldeados, ou seja, inseridos forçosamente à ordem colonial, teriam deixado o seu estado de “selvageria” segundo a lógica colonial. Essa diferenciação entre os indígenas “bons” e “maus” é característico do período colonial, essa questão é debatida por Beatriz Perrone-Moisés (1992), quando ela trabalha acerca da oscilante e transitória política indigenista do período histórico em questão. Ela afirma que os indígenas aldeados tornavam-se aliados dos colonizadores e atuavam nos conflitos contra as nações rivais.

Assim, de acordo com ela: “Como os aldeados, os aliados são homens livres devem ser bem tratados” e ainda acrescenta uma menção feita a um trecho da Carta Régia de 24/02/1686: “É por que a segurança dos sertões e das mesmas povoações do Maranhão e de toda a América consiste na amizade dos índios.” (Perrone-Moisés, 1992, p. 121). Em contrapartida, ao indígena “bárbaro” e “hostil” dos sertões, que ainda não havia sido aldeado, cabia a Guerra Justa que, de acordo com a mesma autora, poderia ser legitimada pela “recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa e a quebra de pactos celebrados.” (*op. cit.* p. 123).

Feitas essas diferenciações aludidas nas cartas e que são embasadas na discussão historiográfica, faz-se necessário partirmos agora para a análise de outras questões presentes nos documentos. Nesse sentido, destaca-se o seguinte excerto: “E ainda que a indiada me obrigue a fazer guerra, não deixo de lembrar-me da pouca gente que tenho para combater um inimigo tão reforçado como o dito Acroá sabendo que os povos das minas de Natividade e Goiás fizeram já grandes despesas”. Este trecho mostra o receio e a dificuldade de enfrentar militarmente os Acroá, o que pode evidenciar que a sua resistência era organizada e estratégica, frustrando a tentativa de extermínio.

O historiador John Monteiro (1999) traz exemplos de determinadas nações indígenas, como os Guaiakuru e os Payaguá, que se tornaram grandes inimigos da Coroa Portuguesa nos séculos XVII e XVIII, devido às estratégias que utilizavam, resultado das “adaptações e inovações tiradas dos brancos: cavalos, no caso dos Guaiakuru, ferro, no caso dos Payaguá” (p. 242). O documento acima transcrito não traz detalhes sobre como se organizava a resistência bélica dos Acroá, mas é bem provável que souberam incorporar as estratégias bélicas dos europeus e delas tirar proveito, assim como os indígenas citados por Monteiro.

Ademais, o trecho destacado permite perceber uma contradição entre o discurso belicista e a realidade material da capitania, marcada pela escassez de recursos humanos para o combate. Essa observação é relevante, pois, como discutido no capítulo anterior, a historiografia tradicional frequentemente mobiliza esse discurso belicista, apresentando-o como eficaz e plenamente executado, uma visão que é colocada em xeque tanto por esta quanto por outras fontes que ainda serão analisadas. Cabe destacar, ainda, que este primeiro exemplo contribui para uma compreensão mais aprofundada dos conflitos envolvendo os povos indígenas, os quais não devem ser interpretados como reações instintivas ou desorganizadas, mas como ações conscientes, estratégicas e dotadas de racionalidade política.

Como mencionado anteriormente, o aparato militar frequentemente se mostrava ineficaz diante da resistência indígena. A escassez de recursos era uma constante nos confins dos sertões, limitando a atuação das forças coloniais. No entanto, é importante ressaltar que essa precariedade não era uma regra absoluta. Em diversos contextos, os conflitos envolveram certa estrutura militar, financiamento oficial e planejamento político, como evidencia a segunda fonte analisada. Trata-se de um ofício enviado ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pelo governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho, em 1771. No documento, o governador relata “os ataques

efetuados pelas suas tropas aos índios que se localizavam em Pimenteira, devido às hostilidades destes para com os moradores do Alto Piauí.” A seguir, apresentamos a transcrição do referido ofício:

Para prevenir a tropa que mando formar na vila de Jerumenha portado este mês de abril do corrente ano para repelir das terras fronteiras gentios que se diz ser Acroá e examinar dele o fim que o obrigue a penetrar algumas paragens do Distrito daquela vila o provedor da Fazenda Real para aprontar logo as munições de guerra e mais petrechos compreendidos na relação junta assinada pelo Reverendo Pe. Francisco (ilegível) secretário deste governo e entregando tudo ao tenente coronel João do Rego Castelo Branco, comandante desta expedição de que (ilegível) conhecimento de recibo da mesma real fazenda (ilegível) bem entendido que no fim da dita expedição ficará responsável na mesma provedoria o dito tenente coronel dando conta específica das despesas e consumo que tiveram os ditos petrechos e munições que recebeu. (AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4 AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659).

A fonte mostra as tentativas empreendidas para conter a “hostilidade” dos Acroá, a mesma nação indígena que se fez presente nas queixas da carta que analisamos anteriormente. O texto não explica o porquê desses conflitos, naturalizando a ideia de que a violência é inerente aos povos indígenas. De acordo com Perrone-Moisés (1992), “a preexistência de hostilidades por parte do inimigo será, sempre, a principal justificativa de guerra” (p. 125). Nesse sentido, a menção à hostilidade indígena aparece recorrentemente nos documentos coloniais, funcionando como elemento legitimador das ações bélicas. Esses registros têm, portanto, o propósito de construir a imagem de um inimigo real, feroz, cruel e bárbaro, de modo a justificar as campanhas militares contra os povos indígenas (Perrone-Moisés, 1992).

O documento tenta legitimar a ação militar como um mecanismo de defesa, mas, na verdade, reflete a ofensiva sistemática contra grupos que resistiam ativamente à expansão colonial. A ação reativa do governo, ao organizar uma expedição armada, evidencia que a nação indígena em questão estava ocupando territórios e defendendo-os contra os avanços dos colonos e, ainda, recusando-se a submeter-se à escravidão, à catequese ou às obrigações dos aldeamentos. Desse modo, a ação indígena impôs limites às tentativas de ocupação territorial, o que comprova que eles tinham estratégias próprias de resistência territorial.

Logo, a partir da análise do ofício remetido pelo governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1771), observa-se que a presença e resistência do grupo indígena

identificado como Acroá mobilizou não apenas a força militar da capitania do Piauí, como também os recursos administrativos e logísticos do aparelho colonial. Embora a fonte adote um discurso que legitima a violência contra os indígenas sob a justificativa de defesa dos moradores, a necessidade de tal expedição demonstra que os povos indígenas do sertão ainda detinham controle sobre territórios e impunham limites à expansão colonial. Tais indícios nos convidam a reconhecer a agência indígena não apenas como reação violenta, mas como prática política e territorial complexa no contexto do século XVIII.

O conceito de agência que adotamos neste trabalho é definido pelo filósofo Molefi Kete Asante. Segundo ele, “um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses” (2009, p. 94). Esse conceito é utilizado por Asante para explicar um outro conceito: a afrocentricidade, perspectiva que propõe o reconhecimento e a valorização da cultura africana, compreendendo-a como digna de legitimidade própria. Na visão do autor, o agente é o africano enquanto protagonista de sua própria história, capaz de atuar de forma estratégica e consciente. Entendemos que essa noção de agência pode ser aplicada, com pertinência, aos povos indígenas no contexto em que os analisamos.

Nosso objetivo é compreendê-los como sujeitos históricos ativos, protagonistas de suas ações e decisões, e não como figuras secundárias ou passivas diante do processo colonial. A leitura e análise das fontes têm justamente nos permitido identificar expressões concretas dessa agência indígena, revelada em suas ações e estratégias de resistência, que demonstram não apenas consciência do mundo colonial que os cercava, mas também a capacidade de interferir ativamente em seus rumos.

Essa agência indígena também está expressa no requerimento feito por José Afonso Certão junto com mais onze moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à rainha Maria I, no ano de 1778. O requerimento trata da solicitação, por parte desses moradores, aos governadores para a redução e civilização dos “índios bárbaros”, cuja nação não é especificada. Os moradores se mostram revoltados com as práticas de roubo e com os ataques efetuados pelos indígenas da região.

Dizem José Afonso Certão, José Paes Landim, José Dias, Gonçalo Dias da Costa, Matias Afonso Frade, José Ribeiro Soares, Inácio Gomes, Gonçalo Pinto, Antônio dos Santos, Antônio Ferreira, Francisco Lopes, Francisco de Sousa Baloma, Vitor Pereira dos Santos, e mais moradores nas fazendas de gado tidas nas cabeceiras da Ribeira do Piauí freguesia de Nossa Senhora da Vitória da comarca da cidade de Oeiras, cujas fazendas são as dos Possões,

Curral do Campo, Getubá, Água Verde, (...) das Almas, de Caiçara, de Onça, São Lourenço, de S. Antonio, da Conceição, todas ditas nas cabeceiras dada a ribeira e outras de viúvas honestas que eles vivem oprimidos do gentio bárbaro, do lugar chamado as Pimenteiras, as quais continuamente estão invadindo aquellas fazendas e sertões, furtando e matando o gado vacum e cavalari, matando os moradores das ditas fazendas, e escravos dela, em forma que tendo-se devanado de várias mortes sairão culpados os tais gentios, e por duas vezes se lhe deu bandeira de que houve pouco efeito, tanto por haver então falta de água para a tropa, como por falta de gente para mandarem o cabo com poucas pessoas, pois o cabo foi compelido pelo Ouvidor daquela comarca que lhe não deu “adjutório” algum, nem gente necessária para fazerem a dita entrada (...) o que tudo tem é um prejuízo não só dos fiéis vassallos de Vossa Magestade que estão expostos a perder as vidas, como tem sucedido nas invasões daquele gentio mas também em grave prejuízo da Real Fazenda de Vossa Magestade e na falta do dízimo com os furtos e mortes dos gados por cuja razão recorrem a Vossa Magestade para que lhes dê a necessária providência, mandando positivamente ao governador e ouvidor que existirem naquela comarca que faça entrar bandeira para conquista daquele gentio, e que vão providos de homens bastantes e munição de boa guerra, sem (ilegível) fica infrutífera toda a entrada e bandeira que se fizer sem a necessária providência, por serem muitos os gentios, e ser necessário fazerem-se grandes cercos, e fortes ataques e afins. A Vossa Magestade em beneficio de sua Real Coroa, e dos seus fiéis vassallos, se digne mandar ordem positiva para os governadores e ouvidores daquela capitania e cuidarem em mandarem continuadas bandeiras para as entradas que se devem fazer por aqueles matos e sertões para destruírem o gentio bárbaro, e reduzirem os que puderem para se aldearem e se sujeitarem ao grêmio da Igreja, deixando aquela sua barbaridade, com a qual se cuidam em destruir e matar os vassallos de Vossa Magestade, roubar e matar gados e destruírem aquellas fazenda que viram a ficar desertas que hosteridades que experimentam. (AHU-Piauí, cx. 12, doc. 16 AHU\_CU\_016, Cx. 13, D. 767).

Como é percebido, as queixas acerca das hostilidades praticadas pelos indígenas revelam que elas se mostravam como práticas constantes. Esses ataques revelam que os indígenas controlavam partes do território e sabiam transitar por ele com facilidade, tinham ações ofensivas, escolhendo alvos estratégicos, “como furtos e mortes dos gados”. Além disso, mantinham uma forma de resistência ativa mesmo diante de um processo de colonização bastante avançado. Esse fato indica que, ainda na segunda metade do século XVIII, os indígenas se encontravam atuantes e não totalmente reduzidos e assimilados como a narrativa oficial supunha. Essas “rebeldias” representavam uma ameaça às estruturas coloniais, revelando que o processo não foi tão simples quanto se leva a crer.

O seguinte trecho, extraído do requerimento: “por duas vezes se lhe deu bandeira de que houve pouco efeito”, revela a capacidade dos indígenas de repelir as bandeiras, ou seja, as forças coloniais se mostravam ineficazes, em alguns casos, diante da organização dos indígenas. Um outro ponto que revela algo vantajoso para os

indígenas, era o aproveitamento das condições geográficas. Isso fica evidente neste trecho: “tanto por haver então falta de água para a tropa, como por falta de gente para mandarem o cabo com poucas pessoas”. A menção à escassez de água e de recursos mostra que os indígenas sabiam se movimentar por territórios inóspitos, conheciam o sertão e usavam isso a seu favor, enquanto as tropas enfrentavam dificuldades.

O requerimento também evidencia a dimensão militar indígena ao trazer a seguinte informação: “por serem muitos os gentios, e ser necessário fazerem-se grandes cercos e fortes ataques.” Essa passagem deixa claro que as “tropas” indígenas eram numerosas e estavam organizadas e de que era necessária uma mobilização militar significativa para enfrentá-los. Isso contesta a ideia de que eles estavam enfraquecidos e dispersos pelo território, sem estabelecerem relações e acordos entre si. Todas essas questões evidenciam a atuação dos indígenas, como se mostravam sujeitos ativos que sabiam transitar e se aproveitar das condições que os cercavam e utilizá-las em seu favor. Elas também ajudam a demonstrar que os indígenas, no século XVIII, não estavam totalmente exterminados.

O último documento que analisaremos nesta seção, assim como todos os outros vistos até aqui, permite-nos visualizar ataques estratégicos e organizados por parte dos indígenas. Este documento apresenta uma relação ambígua, pois, de um lado, evoca a necessidade da guerra aos indígenas Pimenteira e, por outro, traz instruções para evitar a violência especialmente contra mulheres e crianças. Nesta seção, vamos explorar apenas a primeira parte deste documento, a que menciona a necessidade de realização dos conflitos.

Acontecendo no mês de fevereiro deste ano nas cabeceiras da ribeira do Piauí desta capitania que se acham contíguas ao sertão em que habita o gentio denominado pimenteiras, este acometer a fazenda chamada do cavaleiro e praticar nela as suas costumadas hostilidades roubando, matando gados vacuns e cavalaes como também cabras, carneiros, galinhas e finalmente até cachorros (...) necessidade e continuar-se guerra ao dito gentio e desalojá-lo daquele sertão para seu ego dos referidos moradores e que os povos desta capitania os achávamos impossibilitados para ela portarem antes concorrido para arrecadação das duas nações Gueguês e Acroás como para outras expedições sobre a nação Timbira e geralmente que só poderia continuar a dita guerra com o calor dobrado real sustentando-se a custa da fazenda de Sua Magestade não nos atrevendo a dar passo em semelhante matéria sem que nos fosse determinado pelo mesmo Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor (...) (AHU-Maranhão, cx. nv 887 AHU\_CU\_016, Cx. 18, D. 929).

Este ofício foi enviado pelo governo interino do Piauí, em 1790, ao governador do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Fóios, solicitando auxílio para conter os indígenas da nação Pimenteira. É um documento extenso que traz muitas questões que merecem ser debatidas. Mas, aqui, nesta seção iremos nos ater apenas ao trecho em que menciona as hostilidades dos referidos indígenas a fim de compreender a sua atuação. Nesse sentido, os Pimenteira protagonizam ataques organizados contra a colonização mostrando agência e resistência. As ações descritas nos permitem ver, assim como nos documentos que analisamos anteriormente, a procura pelo ataque a alvos específicos e estratégicos: gados vacuns e cavalares, cabras e demais criações. Ou seja, o alvo era subtrair “posses” valiosas para os colonos no contexto em questão, pois, em uma sociedade rural em que o cultivo da terra e a criação de animais se constituía como uma fonte de acúmulo de riquezas e propriedade, ter esses bens atacados constituía como uma grande afronta e ameaça. Os indígenas sabiam disso e foram estratégicos nessa questão.

A persistência da presença indígena ativa e resistente no Piauí, ao final do século XVIII, contraria a narrativa tradicional do extermínio “precoce”. As fontes analisadas revelam que, nesse contexto, os povos indígenas eram numerosos, organizados e plenamente atuantes, para retomar a expressão de Maria Regina Celestino de Almeida, estavam “vivos e atuantes”. A recorrente menção às chamadas hostilidades indígenas, bem como os constantes pedidos de socorro às autoridades locais para enfrentá-las, demonstram que o processo de colonização esteve longe de ser linear, pacífico ou progressivo, como sugerem algumas abordagens de viés positivista.

Ao contrário, esse processo foi marcado por tensões, negociações e resistências. As dificuldades enfrentadas pela colonização foram, em grande medida, impostas pelas próprias populações indígenas, que demonstravam habilidade para transitar nesse mundo colonial e agir estrategicamente conforme seus interesses, ainda que dentro dos limites impostos pela dominação. Desse modo, “mesmo derrotados, submetidos e explorados, os índios desenvolveram, ao mesmo tempo, práticas e comportamentos que tornaram o processo da conquista instável e o frustraram em seus objetivos” (Bruit, 1996, p. 79).

Os conflitos bélicos registrados não foram simples explosões de fúria, mas respostas estratégicas a situações concretas de opressão, violação territorial e tentativa de subjugação. Em muitas ocasiões, os indígenas demonstraram grande capacidade de articulação, conhecimento do território, uso tático da guerra e escolha consciente dos momentos de confronto, compondo redes de resistência que iam muito além da força física.

### **3.2 Resistências veladas: estratégias indiretas, acordos e outras formas de negociação**

No tópico anterior, procuramos abordar os conflitos por uma outra ótica, buscando compreender neles a atuação dos indígenas. Nosso objetivo não foi reproduzir a chamada “escrita do massacre”, expressão utilizada pelo historiador João Paulo Peixoto Costa (2011) para se referir à forma predominante com que a historiografia tradicional tratou os indígenas no Piauí, quase sempre como vítimas passivas de um processo inevitável de extermínio. A partir da crítica a essa abordagem, Costa propõe novas perspectivas para se pensar a presença indígena durante o período colonial. Segundo o autor, em diálogo com a “nova história indígena” inaugurada por John Monteiro, é necessário reconhecer que “a resistência aberta não foi a única forma de ação” (Costa, 2011, p. 144). Por meio de uma leitura crítica dos documentos oficiais, é possível identificar outras formas de agência indígena, estratégias de sobrevivência e resistências camufladas, que escapam das narrativas coloniais mais evidentes.

Ainda de acordo com Costa (2011, p. 145), a história dos povos indígenas no Piauí não pode se resumir apenas ao tripé “violência- resistência- extermínio”. A ideia de que a violência foi a única forma usada para conter os indígenas e o único meio que eles recorreram para atender aos seus interesses, precisa ser superada, e, hoje, já dispomos de materiais suficientes para isso. Ainda assim, essa renovação historiográfica se mostra incipiente se comparada a ampla quantidade de escritos que ainda concebem os indígenas pelo viés do conflito e da derrota.

No estado do Piauí, existem dois nomes que se destacam nesta nova vertente historiográfica. São eles: o já citado João Paulo Peixoto Costa e Jóina Freitas Borges. Borges (2004), critica a invisibilidade atribuída aos povos que habitavam o que hoje conhecemos por estado do Piauí, a qual não considera a história desses povos antes do processo de ocupação. Em sua obra, “A História Negada” (2004), a autora realiza uma discussão que envolve história e antropologia ao tratar sobre as possibilidades de pesquisa no Sítio Seu Bode, localizado em Luís Correia, no litoral piauiense. Nesse estudo, busca mostrar que a vastidão de vestígios arqueológicos existentes no sítio comprova a existência de sujeitos que detinham os seus modos de vida e de organização próprios antes da chegada daqueles que receberam o título de “descobridores do Piauí”, sobre os quais já discutimos no capítulo anterior.

Assim, partindo da ideia de que a história positivista e com viés eurocêntrico precisa ser superada, Borges sustenta a tese de que o referido sítio arqueológico sobre o qual desenvolveu a sua pesquisa, oferece uma rica e vasta quantidade de vestígios arqueológicos que podem servir à história. Na perspectiva da autora, os habitantes do Sítio Seu Bode, “não tiveram a chance de fazer a própria história, que acabou engolida pelo processo alheio e emaranhada pelo discurso do outro” (2004 p. 29). Esse trabalho, assim como tantos outros da autora, mostram a possibilidade de se reportar ao passado indígena com um novo olhar e extrair dele visões que foram inviabilizadas pela narrativa colonial e eurocêntrica.

Além dos dois historiadores já mencionados que dialogam com a nova vertente historiográfica sobre a história indígena, destacam-se também as contribuições de Maria Regina Celestino de Almeida (2012) e John Manuel Monteiro (1999). A primeira, propõe um olhar renovado sobre os aldeamentos indígenas, identificando neles formas diversas de interação entre os indígenas e outros sujeitos coloniais. Em suas análises, ela evidencia as relações de contato entre os povos indígenas e os europeus, destacando os interesses dos primeiros, bem como os múltiplos acordos, conflitos e negociações que marcaram essas experiências. São aspectos frequentemente negligenciados pela historiografia tradicional, que tende a ignorar a complexidade e a agência indígenas nesses processos.

Almeida (2012) discorre ainda sobre como as aldeias, ao invés de se construírem apenas como espaços de dominação e de imposição cultural, serviram também como locais onde os indígenas puderam manifestar as suas culturas e incorporar a elas, os valores dos colonizadores. Além disso, “os indígenas aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses” (p. 34). Ou seja, esses espaços possibilitavam tanto a reorganização das identidades indígenas quanto funcionavam como locais de refúgio, o chamado “mal menor”. A autora, assim, trata os indígenas como sujeitos ativos, que estabeleciam acordos, realizavam negociações e fugas, buscando fazer valer seus interesses diante do avanço da colonização, a qual, nesse sentido, não foi capaz de reprimi-los ou silenciá-los.

É importante ressaltar que a historiadora não despreza os diversos tipos de violência que aconteciam dentro das aldeias. Não foi um processo amistoso, houveram mortes, conflitos e muitas outras formas de violência. A ideia dela é mostrar como, apesar de tudo isso, os indígenas encontraram várias formas de resistir se utilizando das possibilidades que se faziam disponíveis. Desse modo, é pertinente lembrar que, “Sem

desconsiderar a violência e a opressão da conquista, é possível perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram à resistência armada e à submissão passiva” (Almeida, 2012, p.34). Assim, a historiadora amplia as discussões em torno da temática indígena possibilitando que a atuação desses sujeitos seja vista para além do conflito armado e engloba outras tantas formas de atuação possíveis.

Nessa mesma perspectiva insere-se John Manuel Monteiro (1999), que chama a atenção para a importância de superar as narrativas que representam os indígenas como sujeitos passivos e inertes diante do processo de colonização. O historiador reconhece as dificuldades metodológicas envolvidas na análise das fontes coloniais, documentos muitas vezes lacunares, fragmentados e marcados por fortes vieses. No entanto, argumenta que, quando submetidas a uma leitura crítica e contextualizada, essas fontes podem revelar informações valiosas sobre as formas de atuação, resistência e adaptação dos povos indígenas. Com base nisso, Monteiro defende que:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assumiu passivamente a sua distribuição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava, porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e dos eventos que se desenrolavam (Monteiro, 1999, p. 248).

Partindo dessa perspectiva e com base nos autores anteriormente mencionados, propomos, neste tópico, discutir possíveis interpretações sobre a atuação indígena no contexto do processo de ocupação da capitania do Piauí. Para isso, analisaremos documentos datados da mesma temporalidade daqueles abordados no tópico anterior: todos provenientes da segunda metade do século XVIII. A fim de manter a equivalência com o número de cartas trabalhadas anteriormente, restringimos a análise a quatro fontes. Esses documentos fazem referência a distintas formas de resistência empreendidas pelos povos indígenas, que vão além do confronto direto ou da resistência armada. Nosso objetivo, como já assinalado, é dialogar com a nova vertente historiográfica e evidenciar que as fontes permitem identificar múltiplas formas de resistência, revelando a complexidade que caracteriza o universo colonial.

O ofício enviado por Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, então governador do Piauí, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, no ano de 1771, o qual já teve uma parte analisada no tópico anterior, traz algumas discussões que nos faz repensar a ideia de que os indígenas só estiveram envolvidos em atos de violência. O documento propõe que os indígenas sejam tratados com “amorosa afabilidade”, o que evidencia

que nem todas as formas de contato foram concebidas a partir da violência física. Essa expressão, embora revestida de aparente benevolência, deve ser lida como parte de uma estratégia de conquista sutil, voltada à conversão e ao aldeamento. A orientação para evitar a violência inicial não indicava o reconhecimento da autonomia indígena, mas sim uma tentativa de facilitar a submissão sem provocar resistência.

Deste suposto bem se colige o cuidado com que Vossa Mercê se há de gostar nesta diligência não convertendo de sorte alguma que a sua gente mate o gentio nem lhe faça violências no caso de encontrarem antes sim que com amoroza afabilidade a ver se porventura logramos a conversão daquele fim (AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4 AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659).

Nesse trecho aparece a instrução explícita para que se evite a violência, ao menos no início. A expressão “amorosa afabilidade” sugere a estratégia de aproximação amistosa como uma tentativa de converter os indígenas. De acordo com Perrone-Moisés, esse tratamento diferenciado, ou seja, bondoso e pacífico, “é recomendado para trazer os índios à conversão e aldeamento, e para garantir as alianças” (1992, p.122). Entretanto, essa aproximação “branda” não deve ser confundida com respeito: trata-se de uma forma de dominação simbólica.

A autora ainda argumenta que o tratamento pacífico aos índios aldeados se dava em razão de ordens religiosas: o seu objetivo era a conversão que só poderia ser consumada através de brandura e, além disso, os cristãos deveriam mostrar-se como exemplos a fim de que os indígenas se sentissem atraídos. A conversão religiosa se mostrava como o fim, ou seja, o objetivo maior não era a aniquilação, mas sim, a integração forçada por meio da fé. Assim, o ofício revela que a colonização se fazia não apenas pelo confronto armado, mas também por uma pedagogia da submissão disfarçada de cuidado e afeto.

Nesse ponto, podemos afirmar que a narrativa do extermínio total aos povos indígenas, mostra-se insustentável. O historiador João Paulo Peixoto Costa (2011, p. 154) afirma que “quase todos os setores sociais detentores de poder na colônia portuguesa precisavam dos indígenas, e queria-os bem vivos. Basta pensarmos que a Igreja precisava de fiéis, a Coroa de súditos e os colonos (...) de força de trabalho”. Apesar da conversão ser uma forma de dominação, ela reflete a que os indígenas se constituíam enquanto um público necessário à expansão colonial. Desse modo, cabe problematizar a ideia do extermínio puro e simples, por assim dizer, pois o projeto colonial comportava tanto práticas de violência quanto estratégias de assimilação. Na

sequência, o documento traz um trecho que suscita uma questão interessante, a qual merece ser debatida:

Os índios Gueguês Vossa Mercê levas como será atender muito que se haja com eles vigilância para que se conservem e para isso concorre muito que há de sempre acompanhados de pessoas que os saibam dirigir porque desta sorte evitar-se-há o motivo de deserção aqueles são naturalmente propensos e fáceis (AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4 AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659).

Nesse trecho, é revelado uma preocupação explícita com a vigilância: os indígenas devem ser vigiados para que “se conservem”, ou seja, para que não se dispersem, se rebelem ou abandonem os lugares designados pelos colonizadores. “Conservar-se” aqui não é apenas sobre a sobrevivência física, mas sobre manter-se submissos e integrados ao projeto colonial. Uma outra questão que não deve deixar de ser percebida é que, recomenda-se que os indígenas andem acompanhados de pessoas que saibam dirigi-los, ou seja, alguns agentes da coroa. Isso reforça a ideia de que os indígenas eram vistos como incapazes de autodeterminação dentro da lógica colonial. Além disso, a deserção é vista como algo propício e natural aos indígenas, o que revela a construção da ideia de que os indígenas eram criaturas indômitas e que possuíam reações meramente instintivas.

No entanto, se submetermos essa fonte a uma outra interpretação, podemos constatar que, a necessidade de vigilância constante sobre os indígenas, como é expressa no trecho, é um forte indício de que eles não eram passivos nem plenamente submetidos à dominação colonial. Pelo contrário, o próprio medo da deserção e a exigência para que eles fossem dirigidos, indicam que os colonizadores reconheciam, ainda que de forma indireta, a agência indígena, a sua capacidade de escolher, de resistir, de fugir ou simplesmente não se adequar aos moldes impostos. Uma outra forma de resistência se manifesta em outro anexo do mesmo documento: a recusa ao contato.

Depois que expus a Sua Majestade por conta que dirigi a sua real presença na frota do ano passado os insultos que o gentio das terras denominada Pimenteiras, haviam feito aos moradores do Alto Piauí desta Capitania, ignorando a qualidade das nações que era e não podendo declarar-se guerra por ordem do mesmo senhor para fazer, seguiu-se me depois disto ser preciso repellido das ditas terras que hostilizava com uma tropa que nas mesmas fiz desterrar por efeito de reiteradas representações daqueles moradores cuja tropa composta de trinta homens (...) de pólvora e bala para se defender quando fossem acometidos e dado comandante prevenido (...) ordens que dirijo a Sua Excelência sem contudo até agora haverem algum índio que pudesse servir de língua para perfeito conhecimento das nações que habitavam nas ditas terras por andarem sempre de longe e pressentidos de semelhante encontro. (AHU-Piauí, cx. 10, doc. 4 AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659).

O remetente desse documento relata a falta de um indígena que pudesse “servir de língua”, ou seja, de intérprete ou mediador cultural. Essa atitude dos indígenas dificultava o reconhecimento das nações e, conseqüentemente, o modo de proceder com elas. Isso pode revelar uma ação estratégica por parte deles: a recusa a servir de intérpretes, como uma atitude consciente e não por serem “criaturas hostis”. O mesmo trecho ainda detalha que os indígenas “andavam sempre de longe e pressentidos de semelhante encontro” o que pode indicar que eles evitavam deliberadamente o contato e que estavam atentos aos movimentos das tropas coloniais.

Essa atitude pode ser encarada como ações sub-reptícias, as quais, segundo Héctor Bruit, se constituíam como formas de resistências camufladas. O autor traz essa discussão ao mostrar que determinadas atitudes dos indígenas (hispano-americanos, no caso de sua pesquisa), até mesmo aquelas tidas como “desordeiras”, podiam ser vistas como ações estratégicas utilizadas pelos indígenas para ludibriar os conquistadores e fazer valer os seus interesses. Essas ações, muitas vezes, passavam despercebidas, ou eram vistas como atitudes hostis, utilizadas para justificar um discurso negativo em torno deles. Dentre essas formas sub-reptícias de ação, Bruit destaca, como exemplo, os silêncios e as mentiras, sendo o primeiro, em suas palavras, “a primeira arma usada para resistir” (Bruit, 1996, p. 81). O que importa percebermos aqui é como pequenas atitudes podem constituir-se como formas de resistência camufladas, revelando a estratégia e sagacidade dos indígenas.

O ofício enviado por Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado do ano de 1773, trata dentre outras questões, sobre a fuga de alguns índios dessa missão, e o aprisionamento de alguns que foram reconduzidos ao aldeamento.

O ano passado em data de sete de julho participei ultimamente junto a Vossa Excelência que determinava fundar nesta capitania uma nova missão para os índios Acroás que pacifiquei. De presente, já se acha estabelecida a dita missão com princípio de algumas casas assistindo nela por pároco um bom religioso, por diretor o mesmo tenente coronel João do Rego Castelo Branco comandante da tropa que os atraiu das suas brenhas havendo porém acontecido que nas vésperas em que eu me preparava para pessoalmente ir fazer a divisão das terras para a igreja e casas das suas embarcações tudo regulado por (...) e sempre viverão se sublevou se e fugisse outra vez para o mato não quis deixar de assim o fazer presente a Vossa Excelência que o expedi logo assim dispensaria as tropas para os reduzir sendo também com elas ao sobredito tenente coronel (AHU-Piauí, cx. 12, doc. 16 AHU\_CU\_016, Cx. 12, D. 710).

Assim como os conflitos armados não devem ser compreendidos como reações animalescas e espasmódicas dos indígenas, mas como estratégias que evidenciam a sua agência, as fugas também devem ser concebidas sob essa mesma ótica. Mais do que atitudes que revelam hostilidade e indisciplina, as fugas revelam uma estratégia de resistência, uma maneira de escapar à dominação imposta e, as fontes nos mostram que elas aconteciam mesmo quando os indígenas já haviam sido aldeados, evidenciando que a proposta de integração e submissão falhou perante as possibilidades de reinvenção dos indígenas.

Se observarmos de maneira mais detalhada, a fonte em questão é capaz de nos fornecer algumas informações importantes que merecem atenção. A passagem “sublevou-se e fugisse outra vez para o mato” mostra que, após terem sido pacificados e inseridos na missão, os indígenas se rebelaram e fugiram para o mato. Isso revela que eles recusaram o controle colonial e o modelo de missão. Além disso, a fuga foi coletiva e estratégica (“outra vez”), indicando que já tinham essa prática como forma de resistência. O termo “sublevar” pode ser lido como uma ação política e não uma simples fuga.

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida (2012), as fugas, assim como os acordos, negociações, conflitos, rebeldias “eram parte do cotidiano dos índios e dos padres e expressavam as tentativas de realização de seus objetivos, que se transformaram com o tempo e as circunstâncias” (p.148). Assim, com base nessa afirmação, é possível inferirmos que a fuga praticada pelos Acroá foi motivada por uma incompatibilidade entre o modo de vida indígena e o projeto da missão, que seria a catequização e a submissão.

Um ano depois, em 1774, o governador e capitão-general do Pará, João Pereira Caldas, encaminha um ofício ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro se queixando da fuga dos mesmos indígenas (Acroá) de sua missão.

(...) o estado em que se achava o estabelecimento do gentio Acroá, pela inesperada fuga que fizeram do lugar determinado para a sua missão e que logo expedi repetidas tropas para os fazer retroceder (...) nesta missão conservo por diretor o mesmo tenente coronel e destacada nela uma partida de Dragões de fiéis soldados a fim de figurar melhor a quitação destes bárbaros enquanto se não desenganados de fé verdadeira e cristã a nossa amizade. Eu neste mês de novembro próximo passado fui visitar esta aldeia passando pela de São João do Sende e levei o plano para a boa regularidade da povoação. Nela, achei trezentas e vinte e sete almas, advertindo que algumas mais existiam fora da dita missão cujas passei ordem para logo se recolherem. Além do pároco, que fiz expedir para ela tão bem determinei mestre para escola de rapazes mestra para as raparigas e uma mulher que

ensina afiar as índias que queira Deus favorecer o jus adiantamento como muito lhes desejo (AHU Piauí, cx. 12, doc. 16 AHU\_CU\_016, Cx. 12, D. 711.).

Aqui, vemos a insistência dos indígenas da nação Acroá à fuga, esse aspecto, por si só, já revela muito sobre a agência desse povo, à luz de tudo o que foi analisado até aqui. Bruit afirma que a “teimosia” dos indígenas nada tinha a ver com conformismo e aceitação da situação colonial (1996, p. 13). Nesse sentido, mais uma vez, temos um registro direto de resistência indígena. A fuga mostra que os Acroá rejeitaram a missão e atuaram em grupo, o que indica uma ação coletiva e organizada, além da rejeição ao local e às condições impostas. O ato de realizar a fuga, expressa uma forma clara de resistência. Ao realizarem-na, os indígenas abandonam o espaço que tinha como objetivo principal inserir-lhes nos padrões de dominação europeus, desse modo, atuam no sentido de desestabilizar a lógica da colonização.

O documento também declara que a fuga se mostrou “inesperada”, o que revela perplexidade ou até mesmo o fracasso das autoridades coloniais em manter o controle sobre os indígenas. O trecho a seguir, retirado do documento, apresenta elementos significativos para a análise proposta: “logo expedi repetidas tropas para os fazer retroceder”. A violência, empregada como tentativa de disciplinamento, pode revelar a gravidade com que a fuga foi percebida. Além disso, a reação rápida e militarizada confirma que os colonizadores sabiam da potência política de uma fuga coletiva.

Ademais, a menção à ocupação militar e à necessidade de vigilância permanente, indicam que não havia submissão consolidada e também que os indígenas eram vistos como potenciais insurgentes, mesmo quando estavam aldeados. O trecho analisado fornece uma informação preciosa, a educação como controle: “determinei mestre para escola de rapazes mestra para as raparigas e uma mulher que ensina afiar as índias”. Essa prática revela uma forma menos ostensiva, mas igualmente violenta de dominação que fazia parte de um projeto civilizatório, o qual não aceitava as formas autônomas de educação e dos saberes indígenas.

Percebe-se também a imposição de uma divisão de papéis de gênero pautada nos modelos europeus e cristãos: a distinção entre “mestre para os rapazes” e “mestra para as raparigas” revela uma imposição da norma de gênero europeia sobre os povos indígenas revelando o interesse em moldar as mulheres para um papel de submissão doméstica e os homens para a obediência militar/religiosa. Assim, a divisão de gênero revela a imposição de uma ordem sexual colonizadora.

Desse modo, o controle por meio da educação e da disciplinarização dos corpos mostra que a colonização e subjugação dos povos indígenas não se dava apenas pela via da violência física direta, mas ela também se apropriava de outros meios mais sutis de controle e de assimilação cultural. Isso revela, pois, que além dos embates físicos, o corpo, o pensamento e até o cotidiano dos indígenas eram alvos do processo de colonização. Portanto, a estratégia de educação compulsória revela que a Coroa operava um duplo mecanismo de dominação: a coerção física e militar para conter as reações explícitas dos indígenas e o disciplinamento pedagógico para apagar as resistências simbólicas cotidianas.

A última fonte que pretendemos analisar refere-se a um ofício enviado pelo governador no Piauí, D. João de Amorim Pereira ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1799:

Na mesma forma me declara Vossa Excelência em segundo lugar, que não devo fazer a guerra aos índios sem primeiro ter tentado todos os meios de domesticar e de os reduzir com todos os termos de doçura ao melhor estado de civilização ficando eu entendendo de que Sua Majestade não me permite o fazer a guerra aos mesmos índios sem primeiro ser autorizado pelo governador do Maranhão (AHU-Piauí, cx. 17, doc. 15 AHU\_CU\_016, Cx. 22, D. 1140).

Esse ofício revela uma diretriz clara da Coroa portuguesa: o uso da força contra os indígenas deveria ser precedido por tentativas de sua assimilação por meios “brandos”. A referência à necessidade de “domesticar e reduzir com todos os termos de doçura ao melhor estado de civilização” evidencia não apenas a persistência do projeto civilizatório eurocêntrico, mas também a existência de uma política de contenção da violência aberta. A exigência de autorização prévia para o uso da guerra reforça o controle metropolitano sobre as ações militares locais e revela uma tentativa de institucionalização das relações com os povos indígenas, que não se restringiam ao enfrentamento armado. Isso revela a complexidade das relações coloniais.

É preciso explorar melhor a ideologia por trás desses “meios brandos”. O termo “doçura” não implica a ausência de violência, mas sim uma forma de violência e controle simbólicos. Podemos considerar também que a exigência de uma “redução com doçura” talvez fosse uma resposta às dificuldades de vencer os indígenas por meio da força. Isso revela que as estratégias armadas se mostravam falhas em consolidar a dominação, sugerindo que as resistências indígenas seguiam ativas e desconsertavam os administradores coloniais.

Por fim, apesar das lacunas presentes nas fontes, tornou-se possível perceber várias formas de atuação que revelam a agência dos povos indígenas. Mesmo nas entrelinhas de um documento oficial, vimos os limites da dominação colonial frente às estratégias de resistência dos indígenas. Tivemos a ousadia, por assim dizer, de ler aquilo que não estava explícito, mas tudo isso foi feito com base na bibliografia que tomamos por alicerce, a qual abriu o caminho para se repensar a atuação dos indígenas e coibir a narrativa do extermínio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu constatar que a historiografia piauiense acerca dos povos indígenas foi marcada por uma perspectiva derrotista, alinhada à narrativa do extermínio. Tal abordagem foi profundamente influenciada pelos paradigmas historiográficos nacionais do século XIX. Verificou-se, ainda, que a ideia do extermínio dos povos indígenas no Piauí não teve início com os chamados "precursores" do século XX, mas já se fazia presente nos escritos produzidos desde o século XIX. Além disso, por intermédio dos novos escritos historiográficos e da releitura das fontes históricas, surgiram novas possibilidades de se pensar a atuação dos povos indígenas no período colonial.

Ademais, foi possível olhar os conflitos entre conquistadores e indígenas sob uma outra perspectiva e concebê-los não como reações espasmódicas ou desarticuladas, mas como ações complexas que, muitas vezes, mostraram-se insuficientes para conter a atividade dos indígenas. O presente estudo possibilitou compreender a sociedade colonial como um lugar complexo e dinâmico, que foge aos reducionismos simplistas que a narrativa oficial o reduz.

Apesar da presente pesquisa ter apontado as novas possibilidades de se pensar a história indígena, ela não foi capaz de abarcar a complexidade do tema. Desse modo, objetiva-se, em estudos futuros, ampliar a análise das fontes e reler as que compõem este trabalho. Com certeza, será possível encontrar novas formas de se enxergar a atuação dos povos indígenas. É também um desejo ampliar o recorte temporal para o período imperial, no Piauí, que ainda carece de estudos sobre a temática.

**FONTES:**

AHU-Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 644. CARTA do [governador do Piauí], Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao rei [D. José], sobre as queixas dos moradores de Paranaguá devido aos ataques dos índios Acroás; os índios Guégués aldeados; as dificuldades em se fazer a guerra aos índios rebeldes, como os Acroás, os quais também já foram enfrentados pelos povos das minas de Natividade e Goiás; acerca da falta de mantimentos e de armamento para as suas tropas, e as deserções feitas pelos habitantes de Parnágua. 20 de Julho de 1770.

AHU-Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659. OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os ataques efectuados pelas suas tropas aos índios que se localizavam em Pimenteiras, devido às hostilidades destes para com os moradores do Alto Piauí. 16 de Maio de 1771.

AHU-Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 13, D. 767. REQUERIMENTO de José Certão, José Pais Landim, José Dias, Gonçalo Dias da Costa, Matias Afonso Frade, José Ribeiro Soares, Inácio Gomes, Gonçalo Pinto, António dos Santos, António Ferreira, Francisco Lopes, Francisco de Sousa Baloma, Vitor Pereira dos Santos, e mais moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à rainha [D. Maria I], solicitando que se ordene aos governadores e ouvidores que façam realizar expedições ao sertão para a destruição, redução e civilização dos índios bárbaros, evitando os ataques e roubos às suas fazendas que de outra forma virão a ficar desertas. 31 de Outubro de 1778.

AHU-Maranhão. AHU\_CU\_016, Cx. 18, D. 929. OFÍCIO do governo interino do Piauí, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], Fernando Pereira Leite de Fóios, sobre os índios Pimenteiras, que habitam nas cabeceiras da ribeira do Piauí, e atacam as fazendas mais próximas; solicitando auxílio para civilizar os índios, com vista ao aumento dos crentes e dos dízimos. 8 de Julho de 1790.

AHU-Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 11, D. 659. OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os ataques efectuados pelas suas tropas aos índios que se

localizavam em Pimenteiras, devido às hostilidades destes para com os moradores do Alto Piauí. 16 de Maio de 1771.

AHU-Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 12, D. 710. OFÍCIO do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a fundação de uma nova missão para os índios Acoroás, a que se deu o nome de São Gonçalo de Amarante; a fuga de alguns índios dessa missão, e o aprisionamento de alguns que foram reconduzidos ao aldeamento. 14 de Julho de 1773.

AHU Piauí. AHU\_CU\_016, Cx. 12, D. 711. OFÍCIO (cópia) do [governador e capitão-general do Pará], João Pereira Caldas, ao [governador do Piauí], Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, sobre a fuga de índios Acoroá da nova missão e da visita que realizou à aldeia de São João de Sande. 3 Janeiro de 1774.

AHU-Piauí. AHU \_CU\_016, Cx. 22, D. 1140. OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as acusações feitas à sua administração; acerca de estar ciente que seu governo é submisso ao do Maranhão e que não desrespeitou nenhum governador daquela capitania; que não devia guerrear com os índios e sim atraí-los, mesmo sabendo que é impossível domá-los com docilidade; que os actos de violência praticados, se justificam, pois foi rigoroso apenas com os usurpadores das rendas reais, e que o envio do salitre ao Reino não foi feito com urgência devido às distâncias e dificuldades dos transportes. 4 de Março de 1799.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do império português**. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v.1, n° 2, p.21-39, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAPTISTA, João Gabriel. Etnohistória indígena piauiense. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 115-177.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da “selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 29, p. 1-17, 2017.

BORGES, Jóina Freitas. **A História Negada: em busca de novos caminhos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BRANCO, Moysés Castello. O índio no povoamento do Piauí. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 57-73.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

BRUIT, Héctor H. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996, p. 77-101.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). O índio no solo piauiense. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2016. 41-56.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel (Org.). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Teresina: Grupo de pesquisa/CNPQ Memória, Ensino e Patrimônio Cultural, 2011, p. 140-161.

FERNANDES, Luís E., MORAIS, Marcus V. A renovação da história da América. In: Karnal, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2007. 143-162.

GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e crítica a história única: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial; população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v.1

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-131.

ROCHA, Carolina. **O Sabá do Sertão: Feiticeiras, Demônios e Jesuítas no Piauí Colonial (1750-1758)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil (...)**. Tomo I. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1ª Edição: 1854.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA  
DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA  
BIBLIOTECA**

**1. Identificação do material bibliográfico:**

Monografia [ ] TCC Artigo

Outro: 

**2. Identificação do Trabalho Científico:**

Curso de Graduação: História

Centro: \_\_\_\_\_

Autor(a): Jonielly Gonçalves Lourenço

E-mail (opcional): joniellygondolles1@gmail.com

Orientador (a): Rozal Ricarte da Silva

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: Francisco Glison da Costa Monteiro

Instituição: Universidade Federal do Piauí

Membro da banca: João Paulo Pinoto Costa

Instituição: Instituto Federal do Piauí

Membro da banca: Rômulo Assis local Carvalho

Instituição: Secretaria Municipal de Educação de São Julião

Titulação obtida: Graduada

Data da defesa: 10/07/2025

Título do trabalho: Novas perspectivas acerca da história indígena, no Piauí: Releitura de fontes históricas e problematização da narrativa do etnocídio.

### 3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total:

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: \_\_\_\_\_

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado\* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos, Piauí Data: 14/07/2025

Assinatura do(a) autor(a): Yonilly Gonçalves Soares

\* Texto (PDF); imagem (JPG ou GIF); som (WAV, MPEG, MP3); Vídeo (AVI, QT).